



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**EDITAL (SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO)  
SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

**1. PREÂMBULO:**

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Pregão na forma Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei Nº 14.133/2021, nos termos e nas condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam as definições e demais legislação aplicável.

1.1. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.1.2. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

DATA: **16 DE MARÇO DE 2026.**

HORÁRIO DA SESSÃO: **10H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL: **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.3. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

**2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

2.1. O objeto da presente licitação é **Registro de Preços para futura contratação de prestação de serviços para fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaicas conectadas a rede elétrica da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Vinculadas a mesma, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**Educação e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue, conforme especificações constantes no Termo de Referência.**

2.2. A licitação será dividida em grupos, formados **por lotes**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos e itens forem do seu interesse.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

### **3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:**

3.1. PODERÁ PARTICIPAR desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.8. Sociedades cooperativas.

**3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

3.4.1.1.1. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas em Quijingue/BA, e empresas regionais aquelas situadas na microrregião de Euclides da Cunha.

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

### **3.7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:**

3.7.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.7.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.7.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.7.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

3.7.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.7.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.7.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.7.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.7.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**3.8. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

3.8.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.8.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.8.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.8.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

3.8.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.8.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.

4.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, PDF'S originais dos órgãos emissores em formato "PDF". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irredutível, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. O Licitante vencedor do certame poderá apresentar com a sua proposta de preços a PLANILHA DE CUSTO, contendo composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo valor **UNITÁRIO DO LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.15.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.15.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.15.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.15.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.15.3., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.15.3.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.3.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

6.15.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.12. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

(a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

(b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

(c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

(d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

(a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

(b) Empresas brasileiras;

(c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

(d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.15.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.15.18.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.15.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.22.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma**.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.15.22.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET** – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado **a partir das 08 horas do dia útil seguinte**, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

6.15.22.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo item, e convocação da empresa remanescente;

6.15.22.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.23. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. FASE DE JULGAMENTO:**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a (s) amostra (s) apresentada (s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita (s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.17. Conforme o art. 34 da Instrução Normativa Nº 73/2022, no caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.17.1. Não serão aceitos para comprovação de exequibilidade documentos que demonstrem que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e/ou que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

7.17.1.2. Não serão aceitos preços com a incapacidade de comprovação de exequibilidade, bem como notas fiscais/orçamentos com data de emissão anterior a doze meses contados a partir da data de abertura do certame, sendo a licitante responsável pelos seus atos, tornando-se passiva das penalidades cabíveis nos casos em que forem constatadas reduções nos preços que impossibilite a Administração de alcançar a aquisição do objeto licitado.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar também a proposta final em arquivo editável (**necessariamente nas extensões DOC, DOCX, XLS OU XLSX**), sob pena de desclassificação.

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das **08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;**

8.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

#### **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009), será declarada inabilitada para continuar no processo licitatório, pois prejudicará a gestão municipal no atendimento das regras de envio da prestação de contas junto ao TCM/BA.**

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na **Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001**, que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a sua verificação poderá ser a empresa desclassificada e penalizada por apresentar documentos sem legalidade e garantia de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade e temporalidade.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (hash) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES Nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

9.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):

9.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **10. DOS RECURSOS:**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Terá o adjudicatário o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de 01 (um) dia, a contar da data do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração

Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1.**, **13.3.2.**, e **13.3.3.**, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4.**, **13.1.5.**, **13.1.6.**, **13.1.7.** e **13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1.**, **13.1.2.** e **13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

15.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: Diário Oficial).

15.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

15.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.13.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

15.13.2. ANEXO II – Termo de Referência

15.13.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

15.13.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços

15.13.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

15.13.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

15.13.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

15.13.8. ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preço

**Quijingue/BA, em 27 de fevereiro de 2026.**

**José Romero Rocha Matos Filho**  
**Prefeito Municipal de Quijingue**

**Chiara Santana Ferreira**  
**Secretária de Administração, Planejamento e**  
**Desenvolvimento Econômico**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**Sélia Alves Soares**  
**Secretária Municipal de Assistência Social e**  
**Combate à Pobreza**





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## **1- INTRODUÇÃO:**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada, conforme Art. 5º, Inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, através do processo de planejamento busca-se identificar a necessidade, além das alternativas de intervenção governamental, ou seja, o interesse de público envolvido, bem como as possíveis soluções disponíveis, visando adotar com maior vantajosidade para a Administração, objetivando garantir o emprego dos recursos públicos de forma eficaz e eficiente e, consequentemente, a resolução da demanda com qualidade.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto N° 11.4621/2023 necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não foi possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços disponibilizá-los por 12 meses, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, por limitações orçamentárias, a contratação pode não se dar de forma imediata" sendo necessário o aguardo da disponibilidade orçamentária para a efetivação da contratação de todos os itens. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema ou seja atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a urgência da ata que será de 12 meses, podendo ampliar o número de contratados até o limite do registrado, tornando mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento, racionalizando a força de trabalho, bem como os dispêndios em um curto espaço de tempo, sem ter que fazer outro pregão para o mesmo fim, no âmbito do órgão.

Além disso, as Atas de Registro de Preços também podem ser compartilhadas entre diferentes órgãos públicos, o que diminui os custos com as compras públicas, ao mesmo tempo que aumenta as chances de empresários fornecerem para o governo.

O SRP, segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, "apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública". Tal o é que, diante de situação que se amolde as hipóteses previstas no art. 3º do Regulamento, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica utilizando-se o Sistema de Registro de Preço, haja vista tratar-se de contratação de fornecimento de bens comuns e que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens- para contratações futuras.

## **2- INFORMAÇÕES GERAIS:**

### **DO FUNDAMENTO LEGAL:**

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, DE 01 DE ABRIL DE 2021, DA LEGISLAÇÃO CORRELATA E DEMAIS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, DECRETO MUNICIPAL Nº 249 DE 03 DE MARÇO DE 2022, DECRETO MUNICIPAL Nº 460 DE 17 DE JANEIRO DE 2024 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 81 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025.

### **OBJETO:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICAS CONECTADAS A REDE ELÉTRICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS VINCULADAS A MESMA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À POBREZA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE/BA.

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO:**

**SAMUEL DE MATOS BARRETO** - MATRÍCULA Nº 211326 - (REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – COORDENADOR DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO);

**WELLYNGTON BARBOSA PORTUGAL** - MATRÍCULA Nº 211323 (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO);

**CARLENE ALVES CAVALCANTE** - MATRÍCULA Nº 4165 (REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE);

**ANGELA DA SILVA SANTOS** - MATRÍCULA Nº 4167 (REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL);

**3- NATUREZA E FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

A contratação pretendida possui natureza de serviços comuns de engenharia, envolvendo o fornecimento e a instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, conectados à rede elétrica (sistemas on-grid), destinados ao atendimento das demandas energéticas da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

Os serviços enquadram-se como comuns, uma vez que apresentam padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas objetivamente definidos, amplamente praticados no mercado, passíveis de descrição clara e julgamento objetivo, conforme normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao setor de energia solar fotovoltaica.

A finalidade da contratação consiste em implantar soluções de geração de energia limpa e renovável nos prédios públicos municipais, com o objetivo de:

- Reduzir os custos recorrentes com energia elétrica;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- Promover eficiência energética e melhor gestão dos recursos públicos;
- Garantir maior previsibilidade das despesas operacionais;
- Contribuir para a sustentabilidade ambiental e para a redução da emissão de gases de efeito estufa;
- Alinhar a administração municipal às boas práticas de governança pública e inovação.

A contratação abrangerá o fornecimento de equipamentos, materiais, estruturas de fixação, inversores, módulos fotovoltaicos, bem como a instalação, interligação à rede elétrica, testes, comissionamento e demais serviços necessários ao pleno funcionamento dos sistemas, observadas as normas técnicas, regulatórias e de segurança aplicáveis.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela variação das demandas, pela implantação gradual dos sistemas, pela diversidade de características técnicas dos prédios públicos e pela impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos e da capacidade instalada de cada unidade consumidora, permitindo contratações sob demanda, conforme a disponibilidade orçamentária e o interesse público.

Dessa forma, a natureza e a finalidade da contratação encontram-se devidamente caracterizadas, demonstrando a necessidade pública, a adequação técnica da solução e a vantajosidade da forma de contratação, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público, nos termos da legislação vigente.

#### **4- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:**

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/2021).

A Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, por meio da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Saúde, possui unidades administrativas, educacionais, assistenciais e de saúde que demandam consumo contínuo e elevado de energia elétrica para o funcionamento regular de suas atividades.

O custo com energia elétrica representa despesa significativa e recorrente para o Município, impactando diretamente o orçamento público e limitando a capacidade de investimento em outras políticas públicas essenciais. Ademais, a dependência exclusiva da rede convencional de energia torna as unidades públicas mais vulneráveis às variações tarifárias e a eventuais instabilidades no fornecimento.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Nesse contexto, identifica-se a necessidade de implantar sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica, como alternativa técnica e economicamente viável para redução dos custos operacionais, melhoria da eficiência energética e promoção da sustentabilidade ambiental no âmbito da Administração Pública Municipal.

A inexistência de sistemas próprios de geração de energia solar nos prédios públicos das Secretarias mencionadas implica:

- Manutenção de altos gastos mensais com energia elétrica;
- Perda de oportunidade de economia permanente ao erário;
- Atraso na adoção de políticas públicas voltadas à eficiência energética e sustentabilidade;
- Menor previsibilidade das despesas correntes relacionadas ao consumo de energia.

A contratação pretendida visa suprir essa lacuna, abrangendo o fornecimento e a instalação de sistemas fotovoltaicos, dimensionados conforme as características e necessidades de cada unidade consumidora, incluindo equipamentos, materiais, instalação, interligação à rede, testes e comissionamento.

Considerando que as unidades apresentam características técnicas distintas e que a implantação poderá ocorrer de forma gradual, conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, torna-se inviável a definição prévia e exata dos quantitativos e da capacidade instalada de cada sistema, o que justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços como forma mais adequada de contratação.

Dessa forma, resta caracterizada a necessidade de contratação, como medida indispensável para garantir a eficiência da gestão pública, a racionalização dos gastos com energia elétrica e a promoção de práticas sustentáveis, em consonância com o interesse público e com a legislação vigente.

#### **5- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL**

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/21).

A Prefeitura Municipal de Quijingue/BA ainda não instituiu formalmente o Plano Anual de Contratações (PCA/PAC), encontrando-se em processo de adequação gradual aos instrumentos de planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Não obstante a inexistência formal do PCA, a presente contratação foi devidamente identificada e planejada no âmbito da





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Administração Municipal, considerando as necessidades estratégicas de eficiência energética, redução de despesas com energia elétrica e promoção da sustentabilidade ambiental nos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde.

A demanda encontra-se formalizada por meio dos instrumentos de planejamento da contratação, notadamente o Demonstrativo de Formação da Demanda (DFD) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP), os quais cumprem a função de planejamento prévio, definição da solução e avaliação da viabilidade da contratação, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

Registra-se que a inexistência formal do Plano Anual de Contratações não constitui impedimento à realização da contratação, desde que devidamente justificada e precedida dos estudos técnicos exigidos pela legislação, especialmente quando demonstrada a necessidade pública, a vantagem da solução adotada e a compatibilidade com o planejamento orçamentário vigente.

Ressalte-se, ainda, que a contratação pretendida se encontra alinhada ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, garantindo respaldo legal e financeiro para sua futura execução.

Dessa forma, fica demonstrado que, embora inexistente o Plano Anual de Contratações formalizado, a contratação integra o planejamento administrativo e orçamentário do Município de Quijingue/BA, estando tecnicamente justificada e apta a prosseguir, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **6- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/2021).

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, legais e ambientais necessários à adequada execução do objeto, consistente no fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), destinados aos prédios públicos vinculados às Secretarias Municipais indicadas.

### **1. Requisitos Técnicos**

a) Os sistemas de geração de energia solar fotovoltaica deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as normas



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

técnicas vigentes, devendo apresentar desempenho adequado à finalidade pública;

b) O dimensionamento dos sistemas deverá considerar as características técnicas de cada unidade consumidora, incluindo área disponível, perfil de consumo e condições de instalação;

c) Os equipamentos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança elétrica, desempenho e eficiência energética;

d) A instalação deverá ser realizada por empresa especializada, com equipe técnica qualificada e experiência comprovada na execução de sistemas fotovoltaicos;

e) Os serviços deverão contemplar a interligação à rede elétrica, testes, comissionamento e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos sistemas.

## **2. Requisitos Operacionais**

a) A execução ocorrerá de forma sob demanda, mediante emissão de ordem de serviço, considerando a implantação gradual dos sistemas;

b) A contratada deverá manter estrutura operacional compatível com a execução dos serviços, incluindo equipe técnica, ferramentas e equipamentos adequados;

c) Os prazos de execução deverão ser compatíveis com a complexidade de cada instalação, sendo definidos em cada ordem de serviço;

d) A contratada deverá prestar suporte técnico durante a instalação e no período inicial de operação dos sistemas.

## **3. Requisitos Legais e Regulatórios**

a) A contratação deverá observar integralmente a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;

b) A execução dos serviços deverá atender às normas e regulamentações do setor elétrico, inclusive aquelas expedidas pela ANEEL e pela concessionária local de energia elétrica;

c) A contratada deverá assegurar o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, fornecendo os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs aos seus empregados;

d) A contratada responderá por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços.

## **4. Requisitos de Sustentabilidade**

a) Os sistemas contratados deverão promover a geração de energia limpa e renovável, contribuindo para a redução de impactos ambientais;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

b) A execução dos serviços deverá observar práticas que minimizem impactos ambientais, inclusive quanto ao descarte adequado de resíduos;

c) Sempre que possível, deverão ser adotadas soluções que promovam eficiência energética e durabilidade dos equipamentos.

#### **7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:**

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/21).

Considerando que o objeto consiste no fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid) para atendimento da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Quijingue/BA, registra-se que a demanda possui caráter variável e progressivo, em razão das diferenças entre as unidades consumidoras (perfil de consumo, área disponível, padrão elétrico e necessidades específicas) e da possibilidade de implantação conforme priorização técnica e disponibilidade orçamentária.

Assim, a estimativa das quantidades foi definida de forma referencial, com base nos seguintes critérios:

a) Quantidade de unidades consumidoras/prédios públicos vinculados às Secretarias abrangidas, passíveis de receberem sistemas fotovoltaicos;

b) Histórico de consumo de energia elétrica, quando disponível, para orientar o dimensionamento estimado (kWp) por unidade;

c) Capacidade de instalação física (área de telhado/solo, sombreamento, orientação e estrutura), a ser confirmada em vistoria técnica e projeto;

d) Implantação gradual, típica de contratações por Registro de Preços, permitindo contratações sob demanda ao longo da vigência da Ata.

Em razão do modelo de contratação por Sistema de Registro de Preços, os quantitativos indicados terão natureza estimativa, servindo como parâmetro de planejamento e formação do valor estimado, não gerando obrigação de contratação integral pela Administração.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A quantificação será expressa preferencialmente em unidade de sistema instalado e/ou capacidade instalada (kWp), podendo a Administração registrar itens por faixas de potência, a exemplo de:

<b>NOME DA UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>FASE</b>	<b>CONSUMO KWH (MÊS)</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>	<b>MÊS / ANO</b>
ESCOLA TERTULIANO FRANCISCO DA SILVA	PO MACETE 9986	BIFÁSICO	1372	R\$ 1346,03	11/25
PREDIO ESCOLAR	RUA JOAO FELISBERTO DOS SANTOS 500	TRIFÁSICO	2140	R\$ 2109,54	11/25
PREDIO ESCOLAR DO POV MONTE CRUZEIRO	PO MONTE CRUZEIRO 9995	MONOFÁSICO	460	R\$ 457,98	11/25
PREDIO ESCOLAR DE RIO GRANDE	PO RIO GRANDE 9994	MONOFÁSICO	360	R\$ 350,42	11/25
PREDIO ESCOLAR DO POV DE PASCOAL	PO PASCOAL 9993	MONOFÁSICO	91	R\$ 90,18	11/25
ESCOLA MUNICIPAL DO POV TATU	PO TATU 9994	MONOFÁSICO	900	R\$ 890,57	11/25
ESCOLA MUNICIPAL POV MURICOCA	AG MURICOCA 9999	MONOFÁSICO	517	R\$ 512,69	11/25
ESCOLA MUN DO POV PAU DE RATO	PO PAU DE RATO 9999	MONOFÁSICO	149	R\$ 145,77	11/25
ESCOLA MUNICIPAL POV TERRA BRANCA	PO TERRA BRANCA 10 A, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO	286	R\$ 284,77	11/25
CNPJ: 13.698.***/*-**-**	PO SÍTIO DO SEBASTIAO 99998	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,84	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ESCOLA MUNIC LAGOA DA SERRA	FZ LAGOA DA SERRA 130. RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,84	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO LAGOA DO OURICURI 9999, RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE	MONOFÁSICO	369	R\$ 359,66	11/25
ESCOLA MUNICIPAL	PO LAGOA DO FECHADO 9999	MONOFÁSICO	220	R\$ 215,58	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO PEDRA D ÁGUA 9999	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,65	11/25
ESCOLA MUN DO POV LAGOA DO JUNCO	PO LAGOA DO JUNCO 9999	MONOFÁSICO	711	R\$ 686,63	11/25
ESCOLA MUN POV LAGOA DO CAPIM	PO LAGOA DO CAPIM 9999	MONOFÁSICO	30	R\$ 32,87	11/25
ESCOLA MUNICIPAL	PO LAGOA DO CAPIM GROSSO 43	MONOFÁSICO	248	R\$ 241,75	11/25
ESCOLA MUNICIPAL	PO LAGOA DA BARRA 9999	TRIFÁSICO	600	R\$ 586,96	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO SANTA RITA 180, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	207	R\$ 205,13	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO POCO DA PEDRA 5	MONOFÁSICO	406	R\$ 390,65	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO LAGOA DO MATO 2111, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	144	R\$ 140,83	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	SI SALGADO 211, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	38	R\$ 38,38	11/25





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

CNPJ: 13.698.***/*- **	PO POCO DOS CAVALOS 887	MONOFÁSICO	48	R\$ 46,62	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO CASABU 666, RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE	MONOFÁSICO	43	R\$ 42,69	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO ALGODOES 650, CESC- CENTRO EDUCACIONAL SAGRADO CORA AO, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,84	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO TANQUE DO RUMO 999 - PR, RURAL- QUIJINGUE/QUI JINGUE	TRIFÁSICO	786	R\$ 782,65	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	AV EUCLIDES DA CUNHA 1010, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	TRIFÁSICO	2542	R\$ 2503,99	11/25
CRECHE	RUA ANISIO TEIXEIRA 2023	TRIFÁSICO	724	R\$ 711,49	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	RUA JORGE AMADO 1000	TRIFÁSICO	1660	R\$ 1648,52	11/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO LAGOA DO JUNCO 999999 -PR	TRIFÁSICO	1427	R\$ 1410,56	11/25
PREF MUN GRUPO ESC A C MAG	RUA NOVA 4, CENTRO- QUINJINGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	213	R\$ 213,31	11/25
PREF MUN GRUPO ESC N BRITO	RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 21 ZZ, CENTRO- QUINJINGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	631	R\$ 628,16	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

PRE MUN PREDIO ESCOLAR	PO ALGODOES 76, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	961	R\$ 949,9	11/25
PREF MUN PREDIO ESCOLAR	RUA JOSE BEZERRA NETO 4, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	TRIFÁSICO	1602	R\$ 1563,82	11/25
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO LAGOA DO JUNCO 99, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	303	R\$ 302,38	11/25
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO MACETE 104, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	77	R\$ 75,63	11/25
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO QUEIMADAS 61, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,84	11/25
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO MACETE 23, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	172	R\$ 172,12	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL CRECHE	PO MACETE 16, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,84	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL CRECHE	PO LAGOINHAS DAS PEDRAS 3, CENTRO- LAGOA DAS PEDRAS/LAGO A DAS PEDRAS	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,84	11/25
NA RUA DO HOSP IMBASSAI ATRAS DO PO	RUA CASTRO ALVES 461, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	TRIFÁSICO	169	R\$ 167,31	11/25
PREFEITURA	PO LAGOA DO	MONOFÁSICO	116	R\$	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

MUN PREDIO ESCOLAR	CRU 23, RURAL-MACETE/MACE TE			114,65	
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO LAGOA DA EMA 2, CENTRO-LAGOA DAS PEDRAS/LAGO A DAS PEDRAS	MONOFÁSICO	124	R\$ 122,06	11/25
ESCOLA JAIRO AVE PX A CS DE CAMPO	PO ALGODOES 212, RURAL-ALGODOES/AL GODOES	TRIFÁSICO	1105	R\$ 1098,46	11/25
PREFEITURA M QUIJINGUE ESCOLA	PO TATU 14, RURAL-MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,63	11/25
PREFEITURA M Q ESCOLA	PO BAIXA DA LUVA 41, RURAL-ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	318	R\$ 314,73	11/25
PREDIO ESCOLAR TABUA	PO TABUA 43, RURAL-MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,85	11/25
PREFEITURA M ESCOLA	FZ TANQUE DO RUMO 2, RURAL-MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	110	R\$ 108,87	11/25
ESCOLA MUN DA FAZENDA SERRA BRANCA	PO ALTO BONITO 16 AP-16, RURAL-QUINJINGUE/Q UIJINGUE	MONOFÁSICO	189	R\$ 185,95	11/25
GRUPO ESCOLAR JOSE PENEDO	PO ALGODOES 515 AP-0515	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,84	11/25
ADMINISTRAC AO MUNICIPAL	PO ALGODOES 516 AP-0516	MONOFÁSICO	128	R\$ 132,08	11/25
PREDIO ESCOLAR	PO BOA VISTA 31	MONOFÁSICO	200	R\$ 196,21	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

POV TABUA	PO TABUA 60	MONOFÁSICO	146	R\$ 142,21	11/25
UNIDADE DE JORNADA AMPLIADA	RUA TANCREDO NEVES 500	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,64	11/25
ESCOLA MUN ANDRE FERREIRA ANDRADE	ET LAGOA DAS CARAIBAS 4KM 23	MONOFÁSICO	306	R\$ 300,53	11/25
ESCOLA FAZ CLARECE	PO LAGOA DO CLARECE 80, RURAL-MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	48	R\$ 47,18	11/25
ESCOLA POV JUREMA	PO JUREMA 75, RURAL-QUINJINGUE/Q UIJINGUE	MONOFÁSICO	648	R\$ 640,83	11/25
PREF MUN POCO ARTESIANO LATOA DO	PO LAGOA DO MATO 71, RURAL-MACETE/MACE TE	TRIFÁSICO	10484	R\$ 10331,03	11/25
PO MACETE 7001	PO MACETE 7001, PREFEITURA MUNICIPAL-POCO ARTESIANO, RURAL-MACETE/MACE TE	TRIFÁSICO	8675	R\$ 8598,75	11/25
PO SERRINHA 1985 --P	PO SERRINHA 1985--P, CANABRAVA POCO, RURAL-MACETE/MACE TE	TRIFÁSICO	4122	R\$ 4159,28	11/25
POCO ARTESIANO POV TANQUE DO RUMO	PO TANQUE DO RUMO 940, RURAL-QUINJINGUE/Q UIJINGUE	BIFÁSICO	3925	R\$ 3894,82	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

PREF MUN POCO AGUA LICURI	PO ALGODOES 426, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	TRIFÁSICO	3352	R\$ 3357,81	11/25
PO CASABU 9999	PO CASABU 9999, PO O ARTESIANO DE CAZABU, RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE	BIFÁSICO	3207	R\$ 3174,55	11/25
SEC ADM PUBLICA POCO LAGOA DE PEDR	PO LAGOA DA PEDRA 99999 H, PO O PREFEITURA DE QUINJINGUE, RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE	TRIFÁSICO	3242	R\$ 3159,47	11/25
PREFEITURA M POCO ARTESIANO	PO LAGOA DO CRU 25, RURAL- MACETE/MACE TE	TRIFÁSICO	2814	R\$ 2804,14	11/25
CENTRO DE ABASTECIMENT O	RUA DEPUTADO JOSE BEZERRA NETO 70, PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	2571	R\$ 2525,86	11/25
PREF MUN POCO ARETSIANO MACETE	PO MACETE 120, RURAL- MACETE/MACE TE	TRIFÁSICO	2454	R\$ 2447,68	11/25
SEDE DA PREFEITURA	RUA GREGORIO DE ALMEIDA 44, PREFEITURA DE QUIJINGUE, CENTRO- QUINJIGUE/QUI	TRIFÁSICO	2075	R\$ 2018,81	11/25





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	JINGUE				
PREF MUN POCO ART TABUA	PO TABUA 42, RURAL- MACETE/MACE TE	TRIFÁSICO	1837	R\$ 1819,31	11/25
PO TABUA 53 CS-53	PO TABUA 53 CS-53, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	1090	R\$ 1051,62	11/25
PRE MUN POSTO MÉDICO	PO ALGODOES 94, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	972	R\$ 944,14	11/25
PO PIRAMIDE 290	PO PIRAMIDE 290, RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE	BIFÁSICO	904	R\$ 871,56	11/25
PREFEITURA MUN POCO ART LAGOA DO	PO LAGOA DO JUNCO 1, RURAL- MACETE/MACE TE	TRIFÁSICO	876	R\$ 842,99	11/25
QUADRA DE ESPORTES	RUA 1 DE MAIO POV ALGODOES 151, PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	BIFÁSICO	641	R\$ 643,11	11/25
QUIOSQUE EM FRENTE A IGREJA NOVA	RUA DA IGREJA NOVA 9999, QUIOSQUE PUBLICO EM FRENTE A NOVA IGREJA, CENTRO- QUINJINGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	620	R\$ 613,35	11/25
PO DO SITIO 50	PO DO SITIO 50, ER POV SITIO,	MONOFÁSICO	587	R\$ 574,95	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE				
ESTADIO MUN DE QUINJINGUE	RUA WALDIR MAGALHAES 9999 BX- OBRA, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	TRIFÁSICO	543	R\$ 530,35	11/25
POCO POV DE LAGOINHA DAS PEDRAS	PO LAGOINHAS DAS PEDRAS 52, POCO, CENTRO- LAGOA DAS PEDRAS/LAGO A DAS PEDRAS	TRIFÁSICO	539	R\$ 514,02	11/25
PO RENASCER 13	PO RENASCER 13, RURAL- MACETE/MACE TE	TRIFÁSICO	487	R\$ 480,25	11/25
RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 323	RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 323, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	464	R\$ 475,79	11/25
SEC ADM QUADRA FECHADA MACETE	PO MACETE 65, MP POV MACETE II, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	785	R\$ 447,27	11/25
PC TIRADENTES 26	PC TIRADENTES 26, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	376	R\$ 370,8	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL	RUA GREGORIO DE ALMEIDA 91, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	343	R\$ 337,72	11/25
PO ASSENT NOVO	PO ASSENT NOVO TRIUNFO	MONOFÁSICO	343	R\$ 326,91	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

TRIUNFO 405 -- X	405--X, RURAL- QUIJINGUE/QUI JINGUE				
PO ALGODOES 1	PO ALGODOES 1, POCO ARTESIANO N. 1-ALGODOES, LT- ALGODO, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	310	R\$ 294,22	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL ABRIGO	RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 45, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	228	R\$ 232,15	11/25
PO SAO DOMINGOS 1985	PO SAO DOMINGOS 1985, JUREMA BOOSTER, RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE	MONOFÁSICO	218	R\$ 229,74	11/25
PREFEITURA M QUIJINGUE CORREIO	PC TIRADENTES 21, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	TRIFÁSICO	222	R\$ 219,93	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO LAGOA DOS CAGADOS 11, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	219	R\$ 217,59	11/25
PREF M Q TORRE TELEBAHIA	PO LAGOA DO MATO 17, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	207	R\$ 198,88	11/25
PO MONTE CRUZEIRO 547	PO MONTE CRUZEIRO 547, CENTRO- MONTE CRUZEIRO/MO	MONOFÁSICO	196	R\$ 195,05	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	NTE CRUZEIRO				
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	FZ OURICURI 3, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO	173	R\$ 171,04	11/25
PREFEITURA MUN QUIJINGUE INCRA	RUA JUSCELINO KUBISTCHECK 16, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO	162	R\$ 158,21	11/25
POCO POV POCO DA PEDRA	PO POCO DA PEDRA 1985, PO O DA PEDRA DESSALINIZADO R, POCO DA PEDRA/POCO DA PEDRA	MONOFÁSICO	166	R\$ 157,84	11/25
RUA PRESIDENTE MEDICE 31 --C	RUA PRESIDENTE MEDICE 31--C, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO	150	R\$ 149,33	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	AV GETULIO VARGAS 19, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	BIFÁSICO	142	R\$ 139,84	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO MONTE CRUZEIRO 22, CENTRO-MONTE CRUZEIRO/MONTE CRUZEIRO	MONOFÁSICO	122	R\$ 121,68	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO DO ALTO 28, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO	123	R\$ 120,53	11/25
PO GARROTE 1985	PO GARROTE 1985, GARROTE PO O, RURAL-QUIJINGUE/QUI	MONOFÁSICO	119	R\$ 115,48	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	JINGUE				
AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES 9999	AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES 9999, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO	108	R\$ 106,45	11/25
RUA ANISIO TEIXEIRA 155	RUA ANISIO TEIXEIRA 155, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO	100	R\$ 99,54	11/25
PO GARROTE 1985 --A	PO GARROTE 1985--A, GARROTE DESSALINIZADO R, RURAL-QUIJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO	101	R\$ 98,99	11/25
PREF MUN POCO ARTESIANO SERRINHA	PO SERRINHA 11, RURAL-MACETE/MACETE	TRIFÁSICO	100	R\$ 98,81	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO LAGOA DA BARRA 49, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO	87	R\$ 88,01	11/25
SETOR ADMINISTRATIVO	PO MACETE 130 AP-0130, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO	87	R\$ 86,71	11/25
POCO ARTESIANO DO POV JUREMA	PO JUREMA 9994, PREFEITURA DE QUIJINGUE, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO	30	R\$ 54,02	11/25
PO MARIA PRETA II 655	PO MARIA PRETA II 655, RURAL-	BIFÁSICO	50	R\$ 49,71	11/25





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	MACETE/MACE TE				
ET DAS CARAIBAS 440-- --F	ET DAS CARAIBAS 440-- F, RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,79	11/25
PO MACETE 110	PO MACETE 110, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,78	11/25
PRE MUN ADMINISTRAC AO	PO ALGODOES 107, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,78	11/25
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO MONTE CRUZEIRO 6, CENTRO- MONTE CRUZEIRO/MO NTE CRUZEIRO	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,78	11/25
TORRE DE CELULAR	FZ LAGOA DA SERRA 242--A CS-242, SEC ADM SINAL DE CELULAR, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,78	11/25
PO POCO DOS CAVALOS 1985 --B	PO POCO DOS CAVALOS 1985--B, BOOSTER PO O DOS CAVALOS, POCO DOS CAVALOS/POC O DOS CAVALOS	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,78	11/25
ANTENA PARABOLICA	PO ALGODOES 600, PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE,	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,57	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	RURAL- ALGODOES/AL GODOES				
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO LAGOA DO JUNCO 87, RURAL- MACETE/MACE TE	MONOFÁSICO	30	R\$ 29,57	11/25
TORRE SINAL DE TV	PO ALGODOES 9700, RURAL- ALGODOES/AL GODOES	MONOFÁSICO	30	R\$ 28,96	11/25
PO LAGOA DA BARRA 998	PO LAGOA DA BARRA 998, RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE	MONOFÁSICO	30	R\$ 17,06	11/25
SETOR ADMINISTRATIV O	RUA GREGORIO DE ALMEIDA 33, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	30	R\$ 30	11/25
SETOR ADMINISTRATIV O	RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 4, CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE	MONOFÁSICO	30	30,00	11/25
CRAS QUIJINGUE	RUA PRESIDENTE MEDICE 39, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO	141	R\$ 138,2	11/25
CRAS ALGODOES	PO ALGODOES, ZONA RURAL, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO	476	R\$ 456,93	11/25
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	RUA JOAO FELISBERTO DOS SANTOS 51, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO	660	R\$ 645,90	11/25
CENTRO DE	RUA CARLOS	MONOFÁSICO	183	R\$	11/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

RENDA PREFEITA	DRUMMOND DE ANDRADE 50, CENTRO, QUIJINGUE/BA			181,09	
CENTRO DE CULTURA	RUA OLIVEIRA BRITO 666, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO	124	R\$ 122,24	11/25
IP PM QUIJINGUE	PO ALGODOES 513, RURAL- ALGODOES/AL GODOES, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO	136175	R\$ 75813,26	11/25
ILUMINACAO PUBLICA PRC TIRADENTES	PC TIRADENTES 100 - LD, CENTRO, QUIJINGUE/BA	TRIFÁSICO	478	R\$ 256,46	11/25
HOSPITAL MUNICIPAL	RUA NOVA 3 CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	7804	R\$ 7.621,55	12/25
PREFEITUA M QUIJINGUE HOSPIT	RUA NOVA 2 CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	2575	R\$ 2.512,95	12/25
POSTO DE SAUDE DA FAMILIA PSF	RUA PRESIDENTE VARGAS 9995 PSF PREFEITURA DE QUIJINGUE CENTRO- QUINJIGUE/QUI JINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	1424	R\$ 1.411,87	12/25
UBS DO MACETE	PO MACETE 9999 POSTO DE SAUDE	MONOFÁSICO	449	R\$ 435,54	12/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	RURAL- MACETE/MACE TE 48830-000 QUIJINGUE BA				
POSTO DE SAUDE DA FAMILIA	PO DO SITIO 9999 RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	364	R\$ 356,09	12/25
UBS DA LAGOA DO JUNCO	PO LAGOA DO JUNCO 9999 POSTO DE SAUDE DA FAMILIA RURAL- MACETE/MACE TE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	274	R\$ 268,26	12/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO ALGODOES 9999 POSTO DE SAUDE DA FAMILIA RURAL- ALGODOES/AL GODOES 48832-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	272	R\$ 269,75	12/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO LAGOA DO MATO 9999 POSTO DE SAUDE DA FAMILIA RURAL- QUINJINGUE/Q UIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	360	R\$ 356,84	12/25
UBS CENTRO	RUA	MONOFÁSICO	613	R\$	12/25



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	TANCREDO NEVES 655 -PR CENTRO- QUIJINGUE/QUI JINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA			599,04	
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO TANQUE DO RUMO 401 UBS DO TANQUE DO RUMO RURAL- QUIJINGUE/QUI JINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	204	R\$ 201,77	12/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO MONTE CRUZEIRO 2019 POSTO DE SA DE CENTRO- MONTE CRUZEIRO/MO NTE CRUZEIRO 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	258	R\$ 256,07	12/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	RUA ALFA 9913 POSTO DE SA DE CENTRO- QUIJINGUE/QUI JINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	312	R\$ 307,17	12/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO TABUA 9910 RURAL- MACETE/MACE TE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO	73	R\$ 74,37	12/25
CNPJ: 13.698.***/*- **	PO LAGOA DA BARRA 1000	MONOFÁSICO	58	R\$ 57,57	12/25





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**	POSTO MÉDICO LAGOA DA BARRA RURAL- QUIJINGUE/QUI JINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA				
CNPJ: 13.698.***/*- **	RUA DA AVIACAO 37 TENTO/VALENC A 45400-000 VALENCA BA	MONOFÁSICO	219	R\$ 219,36	12/25
IP PM QUIJINGUE	PO ALGODOES 513, RURAL- ALGODOES/AL GODOES, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO	136175	R\$ 75813,26	12/25
ILUMINACAO PUBLICA PRC TIRADENTES	PC TIRADENTES 100 - LD, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO	478	R\$ 256,46	12/25

O constante aumento das tarifas de energia elétrica, aliado à dependência de fontes não renováveis sujeitas a oscilações de preço e instabilidade no fornecimento, representa um obstáculo à gestão eficiente dos recursos financeiros. Essa realidade compromete os orçamentos públicos, limitando a capacidade de investimento em políticas essenciais. Além disso, a ausência de monitoramento adequado pode reduzir a eficiência dos sistemas fotovoltaicos, resultando em custos imprevistos e comprometendo os benefícios econômicos esperados.

A justificativa para a instalação de usinas solares fotovoltaicas baseia-se em fatores críticos que justificam a necessidade da contratação, a saber:

A municipalidade tem a intenção de instalar equipamentos condicionadores de ar, visando o maior conforto térmico dos alunos e conseqüentemente uma maior produtividade e aproveitamento pedagógico.

**8- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/2021).

### **Levantamento de Mercado**

Para atendimento da necessidade de redução de custos com energia elétrica e promoção da eficiência energética nos prédios públicos municipais, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas técnicas disponíveis para suprimento energético e avaliar sua viabilidade sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

No levantamento realizado, foram identificadas as seguintes alternativas:

- a) Manutenção do modelo atual de consumo exclusivo de energia da concessionária, sem implantação de sistema próprio de geração;
- b) Contratação individualizada por unidade, por meio de licitações pontuais para cada prédio público;
- c) Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid);
- d) Locação ou compartilhamento de sistemas de geração, mediante modelos alternativos de contratação.

Verificou-se que o mercado nacional e regional apresenta ampla oferta de empresas especializadas na implantação de sistemas fotovoltaicos, com soluções padronizadas, equipamentos certificados e mão de obra qualificada, atendendo às normas técnicas e regulatórias aplicáveis.

### **Análise das Alternativas**

A manutenção do modelo atual mostrou-se economicamente desfavorável, uma vez que mantém elevados custos recorrentes com energia elétrica e não contribui para a eficiência energética ou sustentabilidade ambiental.

A contratação individualizada por unidade, embora viável, gera maior custo administrativo, alonga prazos de contratação, aumenta o risco de fragmentação de despesas e reduz a capacidade de negociação da Administração.

Os modelos de locação ou compartilhamento de sistemas, apesar de existentes no mercado, apresentam complexidade contratual elevada, custos de longo prazo e menor controle patrimonial dos ativos, não se mostrando a solução mais vantajosa para a Administração Municipal no momento.

### **Justificativa da Escolha do Tipo de Solução**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Diante das alternativas analisadas, concluiu-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica, com fornecimento integral de equipamentos, materiais, instalação, interligação, testes e comissionamento.

A escolha dessa solução justifica-se pelos seguintes fatores:

a) Redução significativa dos custos com energia elétrica, com potencial de economia permanente ao erário;

b) Viabilidade técnica comprovada, com tecnologia consolidada e amplamente utilizada no setor público e privado;

c) Sustentabilidade ambiental, mediante geração de energia limpa e renovável;

d) Padronização técnica e transparência, com equipamentos e serviços definidos por normas objetivas;

e) Previsibilidade e planejamento, especialmente quando adotado o Sistema de Registro de Preços.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da implantação gradual dos sistemas, da diversidade de características dos prédios públicos e da impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos e da capacidade instalada, permitindo contratações sob demanda, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

Dessa forma, o levantamento de mercado e a análise comparativa das soluções demonstram que a solução escolhida é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e administrativamente eficiente, atendendo às necessidades da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA e aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

Para se chegar à escolha da melhor solução, se faz necessário analisar possíveis cenários, em que se privilegia a conjugação de benefícios de aspecto técnico e econômico. Considerando a necessidade pública, elencamos as possíveis soluções no quadro abaixo:

SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO
1	<b>Usina fotovoltaica centralizada</b> - Não se aplica às necessidades em questão por se tratar de usinas de grande porte, acima de 3MW de potência nominal, são aplicadas para o fornecimento em larga escala no mercado livre de energia elétrica.
2	<b>Usina fotovoltaica de microgeração</b> - Aplicação mais comum, são usinas com potência nominal de até 75KW, podem ser instaladas nos telhados dos prédios públicos ou



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	em terrenos preparados para receber estas usinas, com esse tipo de geração é possível utilizar a energia gerada no próprio local – Geração local ou enviar a energia para outras unidades consumidoras – Geração compartilhada.
3	<b>Usina fotovoltaica de minigeração</b> - As usinas de geração denominadas de minigeração são aquelas compreendidas entre as potências superiores a 75 KW e inferiores a 3MW, assim como a modalidade anterior podem ser utilizadas para uso no local de geração ou distribuir para outras unidades consumidoras da mesma titularidade. O principal ponto de atenção para este modelo é que demanda o uso de subestação adequada para a instalação e depende de uma maior atenção no trato com a concessionária quanto à conexão à rede.
4	<b>Sistema de armazenamento (híbrido)</b> - O mercado tem visto como uma tendência a implementação de sistemas de armazenamento de energia, seja para evitar a taxa de utilização estabelecida pela Lei 14.300/2021, seja para utilização em horários de ponta, ou ainda, para o uso de backup de energia em locais com impossibilidade de interrupção no fornecimento.

**MODELAGEM DE NEGÓCIOS**

<b>SOLUÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
1	<b>Locação de usina fotovoltaica</b> - Modelo pelo qual o município aluga um imóvel com usina instalada, transferindo os créditos para as unidades consumidoras de sua responsabilidade com critério de julgamento maior desconto.
2	<b>Construção de usina fotovoltaica</b> - Modelo tradicional de contratação de serviços de engenharia com fornecimento de material, preferencialmente com o regime de empreitada integral, o uso de recurso pode ser das transferências constitucionais, recursos vinculados, recursos próprios ou ainda a obtenção de financiamento nas instituições financeiras.
3	<b>PPP – Parceiras Público – Privadas</b> - Modelo baseado no formato das concessões públicas, onde a concessionária realiza os investimentos e o município entra com contrapartidas mensais durante período determinado no edital.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

4	<b>Contrato de eficiência energética</b> Modelo baseado na nova Lei de Licitações que consiste no investimento realizado por terceiros e a contrapartida do município se limita à percentual do valor efetivamente economizado pelo ente municipal.
---	--

#### **ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES**

<b>MODELO TÉCNICO</b>	<b>Vantagens (Pontos Fortes)</b>	<b>Desvantagens (Pontos Fracos)</b>
Usina fotovoltaica centralizada	Alta capacidade de geração e eficiência em larga escala.	Modelo não se aplica ao projeto em estudo, pois são geradores de pequeno e médio porte, inviabilizando a utilização em demandas locais e descentralizadas
Usina fotovoltaica de microgeração	Modelo escalável, consolidado no mercado e com retorno do investimento interessante, fácil manutenção, a bundância de mão de obra qualificada.	Nas potências acima de 50KW pode gerar custo elevado de adequação de rede para o município.
Usina fotovoltaica de minigeração	Similar à microgeração em escalabilidade e retorno econômico, apresentando maior flexibilidade para atender a demandas médias e diversificadas.	Dependendo da potência de geração pode ter problemas na obtenção do parecer de acesso, tendo em vista as altas incidências de fluxo reverso apontado pelas concessionárias.
Sistema de armazenamento (Híbrido)	Modelo em ascensão, pode ser instalado em conjunto com as	Investimento alto, necessário um estudo da real



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	soluções acima, ou ainda de forma independente. Diminuição da dependência da concessionária, alternativa mais limpa e tecnologicamente mais lógica que o gerador a diesel.	necessidade da implantação, viabilidade especialmente nos clientes do grupo A de consumidores, para uso na hora de ponta e como backup de energia.
--	--	--

<b>MODELO ECONOMICO</b>	<b>Vantagens (Pontos Fortes)</b>	<b>Desvantagens (Pontos Fracos)</b>
Locação de usina fotovoltaica	Não requer investimento inicial do município e reduz o tempo para utilização da energia gerada.	Desconto médio no mercado em torno de 15%, o que limita a economia. Além disso, o patrimônio não é do município, e a incidência de tributos no modelo compartilhado reduz a atratividade financeira.
Construção de usina fotovoltaica	Modelo convencional, o município contrata empresa especializada e constrói sua usina de acordo com sua necessidade de consumo.	Investimento inicial elevado, mas com retorno interessante, em média 5 anos, usinas com garantia de geração de até 25 anos. Falhas na operação de manutenção podem resultar em perda de geração de energia, necessário prever um plano detalhado para mitigar esses possíveis riscos.
PPP – Parceiras Público – Privadas	Não requer investimento inicial do município.	Complexidade na contratação, tempo excessivo de contrato, contrapartida em valor significativo em relação ao investimento, necessidade de autorizações específicas o que impacta no tempo início do benefício.
Contrato de	Investimento	Modelo novo no Brasil,





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

eficiência energética	zero, impacto orçamentário negativo e absorção do patrimônio ao final do contrato.	implementado pela nova Lei de Licitações e contratos 14.133/2021. Poucas empresas com interesse e contratação ainda sem os parâmetros de segurança jurídica consolidados.
-----------------------	--	---

### **8.1- DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO “PREGÃO ELETRÔNICO”**

A escolha da modalidade “Pregão Eletrônico” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

O Pregão Eletrônico caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 6, inciso XLI, pela Lei Nº 14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

### **8.2- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO”**

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei Nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Pregão Eletrônico para contratação de bens e serviços comuns, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:

- a) Menor preço;
- b) Maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de MENOR PREÇO.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de maior desconto, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

### **8.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO POR LOTES**

Com fundamento no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração opta pela divisão do objeto em lotes, considerando:

- A natureza comum e padronizada dos itens;
- A necessidade de garantir competitividade;
- A possibilidade de participação de micro e pequenas

empresas;

- A racionalização da execução contratual;
- A viabilidade técnica de agrupamento por similaridade.

A formação de lotes visa:

Ampliar a competitividade;  
Evitar restrição indevida à participação;  
Assegurar economicidade;  
Facilitar a gestão contratual;  
Permitir fornecimento organizado e eficiente.

### **8.4. Conclusão do Levantamento**

Diante do levantamento realizado, conclui-se que:

Há mercado fornecedor apto e competitivo;

O objeto pode ser definido de forma objetiva;

A contratação por registro de preços é a solução mais adequada;

A divisão em lotes é tecnicamente justificável e administrativamente vantajosa.

A solução escolhida atende aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e planejamento previstos na lei nº 14.133/2021.

### **8.5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida subcontratação.

## **9- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei Nº 14.133/21).



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa prévia de preços, considerando valores praticados no mercado para o fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), observadas as características técnicas do objeto e a realidade das unidades públicas a serem atendidas.

Para a formação do valor estimado, foram adotados os seguintes critérios e fontes de referência:

a) Cotações obtidas junto a fornecedores especializados, por meio de formulários de pesquisa de preços, contemplando equipamentos, materiais, instalação, interligação à rede, testes e comissionamento;

b) Preços de mercado praticados em contratações similares, realizadas por outros entes públicos, quando disponíveis;

c) Dimensionamento estimado em kWp, considerando faixas de potência e implantação gradual dos sistemas;

d) Inclusão de todos os custos diretos e indiretos, tais como equipamentos, mão de obra, encargos, tributos, transporte, seguros, projetos, homologação junto à concessionária e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, o valor estimado possui natureza referencial, servindo exclusivamente como parâmetro para o planejamento da contratação e a verificação da vantajosidade da solução, não gerando obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

O valor global estimado corresponde à soma dos valores unitários por capacidade instalada (kWp) e/ou por sistema, multiplicados pelas quantidades estimadas, resultando em montante compatível com os preços praticados no mercado e adequado à realidade orçamentária do Município.

Ressalte-se que as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços ocorrerão sob demanda, condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira e ao interesse público, mediante emissão de ordens de serviço específicas.

Dessa forma, a estimativa do valor da contratação encontra-se tecnicamente fundamentada, transparente e compatível com os parâmetros de mercado, atendendo às exigências da Lei nº 14.133/2021 e subsidiando adequadamente o processo de planejamento da contratação da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, considerando cotações de mercado e referências de contratações similares. O valor total estimado para a contratação é



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**de R\$ 36.888.831,34 (Trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito reais, oitocentos e trinta e um de reais, trinta e quatro centavos).**

#### **10- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/21).

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), destinados aos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

A contratação abrangerá, de forma integrada, o fornecimento de equipamentos e materiais, incluindo módulos fotovoltaicos, inversores, estruturas de fixação, cabos, proteções elétricas e demais componentes necessários, bem como a execução dos serviços de instalação, interligação à rede elétrica, testes, comissionamento, homologação junto à concessionária local e entrega do sistema em pleno funcionamento.

A solução adotada contempla a implantação dos sistemas de forma gradual e sob demanda, considerando as características técnicas e operacionais de cada unidade consumidora, tais como perfil de consumo, área disponível, padrão elétrico existente e viabilidade de instalação, permitindo ajustes no dimensionamento conforme a necessidade de cada prédio público.

A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, no qual ficarão registrados os preços unitários por capacidade instalada (kWp) e/ou por sistema, possibilitando contratações futuras conforme a disponibilidade orçamentária e o interesse público, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

A solução proposta apresenta as seguintes vantagens para a Administração Pública Municipal:

- a) Redução significativa e permanente das despesas com energia elétrica;
- b) Eficiência energética e previsibilidade de custos operacionais;
- c) Sustentabilidade ambiental, com geração de energia limpa e renovável;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

d) Padronização técnica e segurança jurídica, mediante especificações objetivas e amplamente praticadas no mercado;

e) Flexibilidade administrativa, com contratações sob demanda e implantação progressiva dos sistemas.

Dessa forma, a solução descrita revela-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e administrativamente eficiente, atendendo às necessidades da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA e aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **11- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/21).

Com a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid) nos prédios públicos municipais, a Prefeitura Municipal de Quijingue/BA pretende alcançar os seguintes resultados:

##### **1. Resultados Econômico-Financeiros**

a) Redução progressiva e permanente das despesas com energia elétrica, gerando economia ao erário municipal;

b) Melhor previsibilidade dos custos operacionais, reduzindo o impacto de reajustes tarifários no orçamento público;

c) Racionalização dos gastos públicos, permitindo a realocação de recursos para outras políticas públicas prioritárias.

##### **2. Resultados Operacionais**

a) Garantia de fornecimento complementar de energia elétrica às unidades públicas, sem prejuízo do funcionamento regular dos serviços;

b) Implantação de solução tecnicamente eficiente e de fácil operação, com sistemas automatizados e integrados à rede elétrica;

c) Flexibilidade de implantação, com instalação gradual dos sistemas conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária.

##### **3. Resultados Ambientais**

a) Promoção do uso de energia limpa, renovável e sustentável, contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa;

b) Incentivo às boas práticas ambientais no âmbito da Administração Pública Municipal;

c) Alinhamento às políticas públicas de sustentabilidade e eficiência energética.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

#### **4. Resultados Administrativos e de Governança**

- a) Fortalecimento do planejamento das contratações públicas, em consonância com a Lei nº 14.133/2021;
- b) Adoção de solução com padronização técnica, maior controle e segurança jurídica;
- c) Redução da necessidade de contratações emergenciais relacionadas ao fornecimento de energia elétrica;
- d) Melhoria da imagem institucional da Administração, associada à inovação e sustentabilidade.

#### **5. Resultados Sociais**

- a) Contribuição indireta para a qualidade dos serviços públicos prestados à população;
- b) Estímulo à cultura de uso eficiente de recursos públicos e responsabilidade socioambiental;
- c) Atendimento ao interesse público, com foco na eficiência, economicidade e sustentabilidade.

Dessa forma, os resultados pretendidos demonstram que a contratação contribuirá de maneira efetiva para a melhoria da gestão pública municipal, assegurando benefícios econômicos, ambientais, administrativos e sociais, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e com os objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA.

#### **12- PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:**

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/21).

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei Nº 14.133/21);
- Aprovação do Termo de referência;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Entre outros.

Para o processamento do Pregão Eletrônico execução do contrato caberá a CONTRATANTE:





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Termo de referência e seus anexos, acerca da execução do objeto.

b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.

c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.

d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei Nº 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.

b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.

c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

### **13- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:**

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/21 e inciso VIII do art.).

Após análise do objeto pretendido, verifica-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes vigentes ou em fase de planejamento que sejam condição necessária para a execução da presente contratação.

O fornecimento e a instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid) constituem objeto autônomo, podendo ser executados de forma independente, sem necessidade de contratação prévia ou simultânea de outros bens, serviços ou obras.

Eventuais contratos relacionados à manutenção predial, adequações elétricas pontuais ou serviços de engenharia existentes no Município não configuram interdependência técnica ou jurídica, uma vez que a implantação dos sistemas fotovoltaicos poderá ser realizada de forma específica em cada unidade, conforme avaliação técnica e ordem de serviço emitida.

Dessa forma, fica registrada a inexistência de contratações correlatas ou interdependentes que impeçam, condicionem ou comprometam a execução da solução proposta, estando a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contratação apta a prosseguir de forma independente, nos termos do planejamento realizado e da legislação vigente.

#### **14- POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei Nº 14.133/21).

Com base nas análises desenvolvidas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), destinados aos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico, operacional, ambiental, administrativo e jurídico.

Restou demonstrado que a demanda é necessária e estratégica, considerando o elevado custo recorrente com energia elétrica, a necessidade de racionalização das despesas públicas e a adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Municipal. A solução proposta apresenta viabilidade técnica comprovada, com tecnologia amplamente difundida no mercado e compatível com a infraestrutura das unidades públicas.

O levantamento de mercado evidenciou a existência de fornecedores qualificados e competitivos, capazes de atender ao objeto com preços compatíveis e padrões técnicos adequados, assegurando julgamento objetivo e vantajosidade da contratação.

A adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se apropriada em razão da implantação gradual dos sistemas, da diversidade das unidades consumidoras e da impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos e da capacidade instalada, permitindo contratações sob demanda, conforme a disponibilidade orçamentária e o interesse público, sem obrigatoriedade de contratação integral dos valores estimados.

Não foram identificados impedimentos técnicos, legais ou administrativos, tampouco contratações correlatas ou interdependentes que comprometam a execução do objeto, estando a contratação devidamente amparada pelos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, **opina-se favoravelmente pela viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo, com



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

a elaboração do Termo de Referência, realização da pesquisa de preços definitiva e adoção das demais providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

**Quijingue/BA, em 27 de fevereiro de 2026.**

**Chiara Santana Ferreira**

**Secretária de Administração, Planejamento e  
Desenvolvimento Econômico**

**Delma Conceição Silva Rocha**  
**Secretária Municipal de Educação**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

**Sélia Alves Soares**  
**Secretária Municipal de Assistência Social e  
Combate à Pobreza**

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

1.1. Registro de Preços para futura contratação de prestação de serviços para fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaicas conectadas a rede elétrica da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Vinculadas a mesma, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO
1	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICAS CONECTADAS A REDE ELÉTRICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS VINCULADAS A MESMA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À POBREZA, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE/BA.	SERVIÇO	01	R\$ 36.888.831,34

**1.2. Classificação do objeto**

1.2.1. O objeto da presente contratação enquadra-se como serviços comuns de engenharia, consistentes no fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), cujos padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas são objetivamente definidos,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

amplamente difundidos no mercado e passíveis de descrição clara e julgamento objetivo.

1.2.2. O objeto da presente contratação enquadra-se como serviços comuns de engenharia, consistentes no fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), cujos padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas são objetivamente definidos, amplamente difundidos no mercado e passíveis de descrição clara e julgamento objetivo.

### **1.3. Bem de luxo**

1.3.1. O objeto da contratação não se caracteriza como bem de luxo, nos termos da legislação vigente.

1.3.2. Os sistemas de geração de energia solar fotovoltaica destinam-se exclusivamente à redução de custos operacionais, eficiência energética e sustentabilidade ambiental dos prédios públicos municipais, constituindo-se em solução funcional e necessária à adequada prestação dos serviços públicos, sem qualquer característica de ostentação ou requinte excessivo.

### **1.4. Planejamento da contratação**

1.4.1. A contratação foi devidamente planejada, a partir da identificação da necessidade de redução das despesas com energia elétrica, promoção da eficiência energética e adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública Municipal.

1.4.2. O planejamento da contratação observou os seguintes instrumentos e diretrizes:

- Demonstrativo de Formação da Demanda (DFD), no qual foi identificada e justificada a necessidade da contratação;
- Estudo Técnico Preliminar (ETP), contendo a descrição da necessidade, levantamento de mercado, estimativa de quantidades e valores, definição da solução, resultados pretendidos e posicionamento conclusivo quanto à viabilidade;
- Compatibilidade com o planejamento orçamentário vigente (PPA, LDO e LOA), observada a disponibilidade orçamentária e financeira;
- Adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando a implantação gradual dos sistemas, a diversidade das unidades consumidoras e a impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos e da capacidade instalada.

1.4.3. Ressalte-se que, embora o Município ainda não tenha formalizado o Plano Anual de Contratações, a presente contratação encontra-se regularmente planejada, tecnicamente justificada e alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

### **1.5. Vigência da Ata de Registro de Preços**

1.5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração.

## **2- FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

## **3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

### **4.1. Sustentabilidade:**

4.1.1. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, em consonância com as diretrizes da Administração Pública e a legislação vigente, devendo:

- a) Priorizar a geração de energia limpa e renovável, contribuindo para a redução dos impactos ambientais;
- b) Promover a eficiência energética e a redução do consumo de energia elétrica da rede convencional;
- c) Utilizar equipamentos e materiais que atendam a normas técnicas e ambientais, com adequada durabilidade e desempenho;
- d) Adotar práticas que minimizem a geração de resíduos durante a execução dos serviços;
- e) Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

### **4.2. Requisitos Técnicos:**

a) Os sistemas de geração de energia solar fotovoltaica deverão ser novos, de primeira qualidade e compatíveis com as normas técnicas aplicáveis;

b) Os equipamentos deverão atender às normas técnicas e regulamentações do setor elétrico, inclusive as exigidas pela concessionária local;

c) O dimensionamento dos sistemas deverá considerar o perfil de consumo de cada unidade, bem como as condições físicas para instalação;

d) A instalação deverá contemplar todos os componentes necessários ao pleno funcionamento do sistema, incluindo módulos,





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

inversores, estruturas, cabeamento, proteções e dispositivos de segurança;

e) A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada e habilitada, com experiência comprovada na execução de sistemas fotovoltaicos.

#### **4.3. Requisitos Operacionais:**

a) A execução dos serviços ocorrerá de forma sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço;

b) A implantação dos sistemas poderá ocorrer de forma gradual, conforme a disponibilidade orçamentária e a priorização definida pela Administração;

c) A contratada deverá manter estrutura operacional compatível com a execução do objeto;

d) Os prazos de execução deverão ser definidos conforme a complexidade de cada instalação;

e) A contratada deverá prestar suporte técnico durante a instalação e na fase inicial de operação dos sistemas.

#### **4.4. Requisitos Legais:**

a) A contratação deverá observar integralmente a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;

b) A execução deverá atender às normas e regulamentações do setor elétrico, inclusive aquelas expedidas pela ANEEL e pela concessionária local;

c) A contratada deverá cumprir as normas de saúde e segurança do trabalho, fornecendo os EPIs necessários;

d) A contratada responderá por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto.

#### **4.5. Responsabilidade Ambiental na Execução:**

a) A contratada deverá executar os serviços em conformidade com a legislação ambiental vigente, adotando medidas para prevenir danos ambientais;

b) Deverá ser realizada a gestão adequada dos resíduos, incluindo coleta, armazenamento, transporte e destinação final;

c) É vedado o descarte irregular de resíduos em vias públicas, áreas verdes ou corpos d'água;

d) A contratada será responsável pela reparação de eventuais danos ambientais causados durante a execução dos serviços.

#### **4.6. Fiscalização e Comprovação:**

a) A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração;

b) Caberá à fiscalização verificar a conformidade técnica dos sistemas instalados com as especificações do Termo de Referência;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

c) A contratada deverá apresentar documentos, relatórios, registros fotográficos e demais comprovações que evidenciem a correta execução dos serviços;

d) O ateste da execução será condição para a liberação dos pagamentos;

e) A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à perfeita execução do objeto.

#### **4.7. Subcontratação**

4.7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.8. Garantia da Proposta e da Contratação**

4.8.1. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal Nº 14.133/2021, a Garantia da Proposta, limitada a 1% (um inteiro por cento) do valor estimado do objeto da contratação, deverá ser recolhida pela licitante, sob uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do artigo 96 da Lei Federal Nº 14.133/2021, devendo apresentar o comprovante para ser aceito no certame, sob o risco de ser desclassificado.

4.8.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.8.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

5.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), incluindo todos os equipamentos, materiais, serviços e procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos sistemas.

5.2. A contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, da qual poderão advir contratações futuras, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de serviço específicas, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

5.3. Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, permitindo a implantação gradual dos sistemas nas unidades públicas vinculadas à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, à Secretaria Municipal de Educação e à



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a priorização definida pela Administração.

5.4. Cada ordem de serviço deverá conter, no mínimo:

- A identificação da unidade beneficiada;
- A descrição do sistema a ser instalado;
- A capacidade instalada estimada (kwp);
- O local de execução;
- Os prazos para início e conclusão;
- As condições específicas de execução.

5.5. A contratada será responsável pelo fornecimento dos equipamentos, execução da instalação elétrica e estrutural, interligação à rede elétrica, realização de testes, comissionamento, homologação junto à concessionária local e entrega do sistema em pleno funcionamento.

5.6. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada, cabendo à contratada atender às orientações técnicas e administrativas emitidas e promover, sem ônus adicional, a correção de eventuais falhas ou inconformidades identificadas.

5.7. A medição dos serviços será realizada com base nos sistemas efetivamente instalados e homologados, condicionando-se o pagamento ao ateste da fiscalização.

5.8. O modelo de execução adotado assegura flexibilidade, controle, eficiência e economicidade, permitindo à Administração Municipal a implantação progressiva dos sistemas fotovoltaicos, em consonância com o interesse público e a legislação vigente.

#### **5.9. Forma de Execução do Objeto**

5.9.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), conforme especificações deste Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.

5.9.2. Os serviços serão executados de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço, observadas as necessidades da Administração, a disponibilidade orçamentária e as condições pactuadas.

#### **5.10. Forma de Fornecimento**

5.10.1. O fornecimento ocorrerá de forma integrada à execução dos serviços, cabendo à contratada disponibilizar todos os equipamentos, materiais, componentes, estruturas, mão de obra especializada, ferramentas e insumos necessários à completa instalação e funcionamento dos sistemas fotovoltaicos.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.10.2. O fornecimento deverá contemplar, inclusive, os serviços de instalação elétrica e estrutural, interligação à rede, testes, comissionamento e homologação junto à concessionária local.

**5.11. Local de Fornecimento**

5.11.1. Os sistemas serão fornecidos e instalados nos prédios públicos pertencentes ou sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, vinculados à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde, em locais a serem indicados pela Administração nas respectivas ordens de serviço.

<b>NOME DA UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>FASE</b>
ESCOLA TERTULIANO FRANCISCO DA SILV	PO MACETE 9986	BIFÁSICO
PREDIO ESCOLAR	RUA JOAO FELISBERTO DOS SANTOS 500	TRIFÁSICO
PREDIO ESCOLAR DO POV MONTE CRUZEI	PO MONTE CRUZEIRO 9995	MONOFÁSICO
PREDIO ESCOLAR DE RIO GRANDE	PO RIO GRANDE 9994	MONOFÁSICO
PREDIO ESCOLAR DO POV DE PASCOAL	PO PASCOAL 9993	MONOFÁSICO
ESCOLA MUNICIPAL DO POV TATU	PO TATU 9994	MONOFÁSICO
ESCOLA MUNICIPAL POV MURICOCA	AG MURICOCA 9999	MONOFÁSICO
ESCOLA MUN DO POV PAU DE RATO	PO PAU DE RATO 9999	MONOFÁSICO
ESCOLA MUNICIPAL POV TERRA BRANCA	PO TERRA BRANCA 10 A, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO SITIO DO SEBASTIAO 99998	MONOFÁSICO
ESCOLA MUNIC LAGOA DA SERRA	FZ LAGOA DA SERRA 130. RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO LAGOA DO OURICURI 9999, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
ESCOLA MUNICIPAL	PO LAGOA DO FECHADO 9999	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO PEDRA D ÁGUA 9999	MONOFÁSICO
ESCOLA MUN DO POV	PO LAGOA DO JUNCO	MONOFÁSICO



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

LAGOA DO JUNCO	9999	
ESCOLA MUN POV LAGOA DO CAPIM	PO LAGOA DO CAPIM 9999	MONOFÁSICO
ESCOLA MUNICIPAL	PO LAGOA DO CAPIM GROSSO 43	MONOFÁSICO
ESCOLA MUNICIPAL	PO LAGOA DA BARRA 9999	TRIFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO SANTA RITA 180, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO POCO DA PEDRA 5	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO LAGOA DO MATO 2111, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	SI SALGADO 211, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO POCO DOS CAVALOS 887	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO CASABU 666, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO ALGODOES 650, CESC-CENTRO EDUCACIONAL SAGRADO CORA AO, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO TANQUE DO RUMO 999 -PR, RURAL-QUIJINGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	AV EUCLIDES DA CUNHA 1010, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	TRIFÁSICO
CRECHE	RUA ANISIO TEIXEIRA 2023	TRIFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	RUA JORGE AMADO 1000	TRIFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO LAGOA DO JUNCO 9999999 -PR	TRIFÁSICO
PREF MUN GRUPO ESC A C MAG	RUA NOVA 4, CENTRO-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PREF MUN GRUPO ESC N BRITO	RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 21 ZZ, CENTRO-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PRE MUN PREDIO ESCOLAR	PO ALGODOES 76, RURAL-	MONOFÁSICO



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	ALGODOES/ALGODOES	
PREF MUN PREDIO ESCOLAR	RUA JOSE BEZERRA NETO 4, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO LAGOA DO JUNCO 99, RURAL- MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO MACETE 104, RURAL- MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO QUEIMADAS 61, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO MACETE 23, RURAL- MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL CRECHE	PO MACETE 16, RURAL- MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL CRECHE	PO LAGOINHAS DAS PEDRAS 3, CENTRO- LAGOA DAS PEDRAS/LAGOA DAS PEDRAS	MONOFÁSICO
NA RUA DO HOSP IMBASSAI ATRAS DO PO	RUA CASTRO ALVES 461, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO
PREFEITURA MUN PREDIO ESCOLAR	PO LAGOA DO CRU 23, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PREFEITURA M PREDIO ESCOLAR	PO LAGOA DA EMA 2, CENTRO-LAGOA DAS PEDRAS/LAGOA DAS PEDRAS	MONOFÁSICO
ESCOLA JAIRO AVE PX A CS DE CAMPO	PO ALGODOES 212, RURAL- ALGODOES/ALGODOES	TRIFÁSICO
PREFEITURA M QUIJINGUE ESCOLA	PO TATU 14, RURAL- MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PREFEITURA M Q ESCOLA	PO BAIXA DA LUYA 41, RURAL- ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
PREDIO ESCOLAR TABUA	PO TABUA 43, RURAL- MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PREFEITURA M ESCOLA	FZ TANQUE DO RUMO 2, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
ESCOLA MUN DA FAZENDA SERRA BRANCA	PO ALTO BONITO 16 AP- 16, RURAL-	MONOFÁSICO





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	QUINJINGUE/QUIJINGUE	
GRUPO ESCOLAR JOSE PENEDO	PO ALGODOES 515 AP-0515	MONOFÁSICO
ADMINISTRACAO MUNICIPAL	PO ALGODOES 516 AP-0516	MONOFÁSICO
PREDIO ESCOLAR	PO BOA VISTA 31	MONOFÁSICO
POV TABUA	PO TABUA 60	MONOFÁSICO
UNIDADE DE JORNADA AMPLIADA	RUA TANCREDO NEVES 500	MONOFÁSICO
ESCOLA MUN ANDRE FERREIRA ANDRADE	ET LAGOA DAS CARAIBAS 4KM 23	MONOFÁSICO
ESCOLA FAZ CLARECE	PO LAGOA DO CLARECE 80, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
ESCOLA POV JUREMA	PO JUREMA 75, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PREF MUN POCO ARTESIANO LATOA DO	PO LAGOA DO MATO 71, RURAL-MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
PO MACETE 7001	PO MACETE 7001, PREFEITURA MUNICIPAL-POCO ARTESIANO, RURAL-MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
PO SERRINHA 1985 --P	PO SERRINHA 1985--P, CANABRAVA POCO, RURAL-MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
POCO ARTESIANO POV TANQUE DO RUMO	PO TANQUE DO RUMO 940, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	BIFÁSICO
PREF MUN POCO AGUA LICURI	PO ALGODOES 426, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	TRIFÁSICO
PO CASABU 9999	PO CASABU 9999, PO O ARTESIANO DE CAZABU, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	BIFÁSICO
SEC ADM PUBLICA POCO LAGOA DE PEDR	PO LAGOA DA PEDRA 99999 H, PO O PREFEITURA DE QUINJINGUE, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO
PREFEITURA M POCO ARTESIANO	PO LAGOA DO CRU 25, RURAL-MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
CENTRO DE	RUA DEPUTADO JOSE	MONOFÁSICO



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ABASTECIMENTO	BEZERRA NETO 70, PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	
PREF MUN POCO ARETSIANO MACETE	PO MACETE 120, RURAL- MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
SEDE DA PREFEITURA	RUA GREGORIO DE ALMEIDA 44, PREFEITURA DE QUIJINGUE, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO
PREF MUN POCO ART TABUA	PO TABUA 42, RURAL- MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
PO TABUA 53 CS-53	PO TABUA 53 CS-53, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PRE MUN POSTO MÉDICO	PO ALGODOES 94, RURAL- ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
PO PIRAMIDE 290	PO PIRAMIDE 290, RURAL- QUINJINGUE/QUIJINGUE	BIFÁSICO
PREFEITURA MUN POCO ART LAGOA DO	PO LAGOA DO JUNCO 1, RURAL-MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
QUADRA DE ESPORTES	RUA 1 DE MAIO POV ALGODOES 151, PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE, RURAL- ALGODOES/ALGODOES	BIFÁSICO
QUIOSQUE EM FRENTE A IGREJA NOVA	RUA DA IGREJA NOVA 9999, QUIOSQUE PUBLICO EM FRENTE A NOVA IGREJA, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PO DO SITIO 50	PO DO SITIO 50, ER POV SITIO, RURAL- QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
ESTADIO MUN DE QUINJINGUE	RUA WALDIR MAGALHAES 9999 BX- OBRA, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO
POCO POV DE LAGOINHA DAS PEDRAS	PO LAGOINHAS DAS PEDRAS 52, POCO, CENTRO-LAGOA DAS PEDRAS/LAGOA DAS PEDRAS	TRIFÁSICO



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

PO RENASCER 13	PO RENASCER 13, RURAL-MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 323	RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 323, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
SEC ADM QUADRA FECHADA MACETE	PO MACETE 65, MP POV MACETE II, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PC TIRADENTES 26	PC TIRADENTES 26, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL	RUA GREGORIO DE ALMEIDA 91, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PO ASSENT NOVO TRIUNFO 405 --X	PO ASSENT NOVO TRIUNFO 405--X, RURAL-QUIJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PO ALGODOES 1	PO ALGODOES 1, POÇO ARTESIANO N. 1-ALGODOES, LT-ALGODO, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL ABRIGO	RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 45, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PO SAO DOMINGOS 1985	PO SAO DOMINGOS 1985, JUREMA BOOSTER, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PREFEITURA M QUIJINGUE CORREIO	PC TIRADENTES 21, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO LAGOA DOS CAGADOS 11, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
PREF M Q TORRE TELEBAHIA	PO LAGOA DO MATO 17, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PO MONTE CRUZEIRO 547	PO MONTE CRUZEIRO 547, CENTRO-MONTE CRUZEIRO/MONTE CRUZEIRO	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	FZ OURICURI 3, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

PREFEITURA MUN QUIJINGUE INCRA	RUA JUSCELINO KUBISTCHECK 16, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
POCO POV POCO DA PEDRA	PO POCO DA PEDRA 1985, PO O DA PEDRA DESSALINIZADOR, POCO DA PEDRA/POCO DA PEDRA	MONOFÁSICO
RUA PRESIDENTE MEDICE 31 --C	RUA PRESIDENTE MEDICE 31--C, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	AV GETULIO VARGAS 19, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	BIFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO MONTE CRUZEIRO 22, CENTRO-MONTE CRUZEIRO/MONTE CRUZEIRO	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO DO ALTO 28, RURAL- QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PO GARROTE 1985	PO GARROTE 1985, GARROTE PO O, RURAL- QUIJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES 9999	AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES 9999, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
RUA ANISIO TEIXEIRA 155	RUA ANISIO TEIXEIRA 155, CENTRO- QUINJIGUE/QUIJINGUE	TRIFÁSICO
PO GARROTE 1985 --A	PO GARROTE 1985--A, GARROTE DESSALINIZADOR, RURAL- QUIJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PREF MUN POCO ARTESIANO SERRINHA	PO SERRINHA 11, RURAL- MACETE/MACETE	TRIFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO LAGOA DA BARRA 49, RURAL- QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
SETOR ADMINISTRATIVO	PO MACETE 130 AP-0130, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
POCO ARTESIANO DO POV	PO JUREMA 9994,	MONOFÁSICO



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

JUREMA	PREFEITURA DE QUIJINGUE, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	
PO MARIA PRETA II 655	PO MARIA PRETA II 655, RURAL-MACETE/MACETE	BIFÁSICO
ET DAS CARAIBAS 440 --F	ET DAS CARAIBAS 440--F, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
PO MACETE 110	PO MACETE 110, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
PRE MUN ADMINISTRACAO	PO ALGODOES 107, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO MONTE CRUZEIRO 6, CENTRO-MONTE CRUZEIRO/MONTE CRUZEIRO	MONOFÁSICO
TORRE DE CELULAR	FZ LAGOA DA SERRA 242--A CS-242, SEC ADM SINAL DE CELULAR, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
PO POCO DOS CAVALOS 1985 --B	PO POCO DOS CAVALOS 1985--B, BOOSTER PO O DOS CAVALOS, POCO DOS CAVALOS/POCO DOS CAVALOS	MONOFÁSICO
ANTENA PARABOLICA	PO ALGODOES 600, PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL QUIJINGUE	PO LAGOA DO JUNCO 87, RURAL-MACETE/MACETE	MONOFÁSICO
TORRE SINAL DE TV	PO ALGODOES 9700, RURAL-ALGODOES/ALGODOES	MONOFÁSICO
PO LAGOA DA BARRA 998	PO LAGOA DA BARRA 998, RURAL-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
SETOR ADMINISTRATIVO	RUA GREGORIO DE ALMEIDA 33, CENTRO-QUINJINGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

SETOR ADMINISTRATIVO	RUA FELISBERTO JOSE DA SILVA 4, CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE	MONOFÁSICO
CRAS QUIJINGUE	RUA PRESIDENTE MEDICE 39, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO
CRAS ALGODOES	PO ALGODOES, ZONA RURAL, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	RUA JOAO FELISBERTO DOS SANTOS 51, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO
CENTRO DE RENDA PREFEITA	RUA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE 50, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO
CENTRO DE CULTURA	RUA OLIVEIRA BRITO 666, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO
IP PM QUIJINGUE	PO ALGODOES 513, RURAL-ALGODOES/ALGODOES, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO
ILUMINACAO PUBLICA PRC TIRADENTES	PC TIRADENTES 100 - LD, CENTRO, QUIJINGUE/BA	TRIFÁSICO
HOSPITAL MUNICIPAL	RUA NOVA 3 CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
PREFEITUA M QUIJINGUE HOSPIT	RUA NOVA 2 CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
POSTO DE SAUDE DA FAMILIA PSF	RUA PRESIDENTE VARGAS 9995 PSF PREFEITURA DE QUIJINGUE CENTRO-QUINJIGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
UBS DO MACETE	PO MACETE 9999 POSTO DE SAUDE RURAL-MACETE/MACETE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
POSTO DE SAUDE DA	PO DO SITIO 9999	MONOFÁSICO





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

FAMILIA	RURAL- QUINJINGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	
UBS DA LAGOA DO JUNCO	PO LAGOA DO JUNCO 9999 POSTO DE SAUDE DA FAMILIA RURAL-MACETE/MACETE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.***/*-**-**	PO ALGODOES 9999 POSTO DE SAUDE DA FAMILIA RURAL- ALGODOES/ALGODOES 48832-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.***/*-**-**	PO LAGOA DO MATO 9999 POSTO DE SAUDE DA FAMILIA RURAL- QUINJINGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
UBS CENTRO	RUA TANCREDO NEVES 655 -PR CENTRO- QUIJINGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.***/*-**-**	PO TANQUE DO RUMO 401 UBS DO TANQUE DO RUMO RURAL- QUIJINGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.***/*-**-**	PO MONTE CRUZEIRO 2019 POSTO DE SA DE CENTRO-MONTE CRUZEIRO/MONTE CRUZEIRO 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.***/*-**-**	RUA ALFA 9913 POSTO DE SA DE	MONOFÁSICO



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	CENTRO- QUIJINGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO TABUA 9910 RURAL-MACETE/MACETE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	PO LAGOA DA BARRA 1000 POSTO MÉDICO LAGOA DA BARRA RURAL- QUIJINGUE/QUIJINGUE 48830-000 QUIJINGUE BA	MONOFÁSICO
CNPJ: 13.698.*** /****_**	RUA DA AVIAÇÃO 37 TENTO/VALENÇA 45400-000 VALENÇA BA	MONOFÁSICO
IP PM QUIJINGUE	PO ALGODOES 513, RURAL- ALGODOES/ALGODOES, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO
ILUMINACAO PUBLICA PRC TIRADENTES	PC TIRADENTES 100 - LD, CENTRO, QUIJINGUE/BA	MONOFÁSICO

**5.12. Prazos e Condições de Atendimento**

5.12.1. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido na ordem de serviço, contado a partir de seu recebimento.

5.12.2. Os prazos para conclusão da instalação e homologação dos sistemas serão definidos conforme a capacidade instalada e a complexidade de cada unidade, devendo constar expressamente na ordem de serviço.

5.12.3. A contratada deverá manter estrutura operacional e equipe técnica compatíveis para atendimento tempestivo das demandas, observadas as normas de segurança, organização e limpeza dos locais de execução.

**5.13. Qualidade do Produto**

5.13.1. Os sistemas de geração de energia solar fotovoltaica fornecidos e instalados deverão atender a padrões adequados de qualidade, desempenho e durabilidade, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as especificações deste Termo de Referência.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.13.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeira qualidade, com procedência comprovada e garantias mínimas exigidas no instrumento convocatório.

5.13.3. A Administração poderá rejeitar, total ou parcialmente, os serviços ou equipamentos que não atendam às especificações estabelecidas, devendo a contratada proceder à correção ou substituição, sem ônus adicional, no prazo fixado pela fiscalização.

#### **5.14. Execução e da Forma de Execução**

5.14.1. Para melhor subsidiar as empresas interessadas, na elaboração de sua proposta, este instrumento compõe o conjunto de elementos necessários e suficientes, para a precificação dos serviços propostos.

5.14.2. Nos preços, deverão ser contemplados todos os materiais necessários, equipamentos e mão de obra, além dos custos e despesas, diretas e indiretas, a eles não se limitando a salários, remunerações, impostos, taxas, honorários, encargos trabalhistas e securitários, ferramentas, instrumentos, combustíveis, lubrificantes, operadores, manutenção, miscelâneas, incluindo ainda despesas com transporte, alimentação e hospedagem.

5.14.3. O valor oferecido pelos proponentes não poderá ser superior ao valor unitário de referência indicado na licitação, e nem superior ao valor total do certame, sob pena de desclassificação da proposta.

5.14.4. É importante que o licitante preveja todos os custos pertinentes a sua infraestrutura de mão de obra necessária para execução dos serviços, tais como:

5.14.4.1. Mobilização;

5.14.4.2. Desmobilização;

5.14.4.3. Administração direta e indireta;

5.14.4.4. Canteiro de obras - aluguel, energia elétrica, água, telefone, internet etc.

5.14.4.5. Segurança na obra – técnico de segurança, materiais para sinalização (cones, fitas, cavaletes, passadiços de pedestres e veículos no caso de travessias de vias), EPIs, EPCs etc.;

5.14.4.6. Equipe operacional essencial para execução dos serviços propostos;

5.14.4.7. Encarregados;

5.14.4.8. Eletricistas e seus ajudantes;

5.14.4.9. Motoristas;

5.14.4.10. Operadores de guindauto/Munck;

5.14.4.11. Treinamentos, exigidos pelas Normas regulamentadoras;

5.14.4.12. Acomodação da equipe operacional;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

5.14.4.13. Veículos leves e pesados necessários a plena execução dos serviços;

5.14.4.14. Demais custos pertinentes à estrutura;

5.14.5. Fornecimento de todos os materiais necessários a execução que devem ser da melhor qualidade e obedecer às especificações das ABNT;

5.14.6. Responsabilizar-se pelos custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização e destinação;

5.14.7. Fornecimento de todos os equipamentos necessários a execução total dos serviços propostos. Estes devem estar em plena condição de utilização, quando exigidos, com seus os laudos de manutenção, calibração ou ensaios atualizados.

5.14.8. O contrato deve prever serviços de manutenção preventiva e corretiva, assegurando que os sistemas fotovoltaicos permaneçam operacionais e eficientes ao longo da vigência contratual. As atividades incluem:

5.14.8.1. Monitoramento remoto da geração de energia, detectando falhas e otimizando o desempenho do sistema;

5.14.8.2. Limpeza periódica dos painéis solares, evitando acúmulo de poeira e sujeira que possam comprometer a eficiência;

5.14.8.3. Testes e inspeção dos inversores, garantindo o funcionamento adequado dos conversores de energia;

5.14.8.4. Verificação das conexões elétricas e estruturas de suporte, prevenindo desgastes e falhas na infraestrutura;

5.14.8.5. Atendimento técnico corretivo, garantindo que falhas identificadas sejam solucionadas em até 24 horas após a comunicação do problema;

5.14.8.6. Substituição preventiva de componentes essenciais, conforme as diretrizes dos fabricantes e normativas técnicas.

5.14.9. A demanda do órgão encontra-se estabelecida nas especificações técnicas, Planilhas e Apêndices deste instrumento, para que o proponente mensure o total dos custos envolvidos na execução do objeto.

**5.15. Condições de Execução**

5.15.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

a) Início da execução do objeto se dará em até 10 dias após a emissão da ordem de serviço.

b) Os serviços serão executados conforme o cronograma físico-financeiro estabelecido no Apêndice (F).

c) Fica estabelecido que, em caso de antecipação de etapas previstas no cronograma, os pagamentos poderão ser antecipados proporcionalmente, desde que as etapas sejam devidamente



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

concluídas, certificadas pela fiscalização e aceitas pelo órgão contratante.

**5.15.2. Materiais a serem disponibilizados**

a) Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Apêndice (D), promovendo sua substituição quando necessário.

**5.15.3. Especificação da garantia do serviço e dos equipamentos**

a) O prazo de garantia contratual dos serviços, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

b) O prazo de garantia dos equipamentos pelo fabricante/distribuidor deverão ser de no mínimo:

c) 10 (dez) anos para Inversores;

d) 15 (Quinze) anos para Módulos;

e) 5 (Cinco) anos para Baterias.

f) Deve ser ofertado treinamento à equipe do município, tanto técnica quanto de gestão, no que diz respeito a manutenção, operação e avaliação de desempenho.

g) Além da garantia mínima de 12 meses para os serviços e dos prazos estipulados para os equipamentos, a empresa contratada será responsável pela execução da manutenção preventiva e corretiva ao longo da vigência contratual.

h) O Plano de Manutenção deverá ser apresentado à Secretaria de Educação e Cultura no início da execução do contrato, em observância as especificações técnicas no Apêndice (A), contendo:

i) Frequência das inspeções técnicas obrigatórias;

j) Procedimentos detalhados para limpeza e conservação dos módulos fotovoltaicos;

k) Diretrizes para o monitoramento remoto do desempenho energético;

l) Critérios para identificação de necessidade de substituição de componentes.

**5.15.4. Prazo de Execução**

<b>TIPO DE USINA</b>	<b>PRAZO MÁXIMO DE INSTALAÇÃO</b>
USINA DE MICROGERAÇÃO	ATÉ 120 (CENTO E VINTE) DIAS
USINA COM SISTEMAS HÍBRIDOS	ATÉ 240 (CENTO E VINTE) DIAS

5.15.5. Os serviços serão executados conforme o cronograma físico-financeiro estabelecido no Apêndice (G). Fica estabelecido que, em caso de antecipação de etapas previstas no cronograma, os



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

pagamentos poderão ser antecipados proporcionalmente, desde que as etapas sejam devidamente concluídas, certificadas pela fiscalização e aceitas pelo órgão contratante.

#### **5.6. Da Vistoria**

5.6.1. A vistoria técnica prévia ao local de execução dos serviços é obrigatória e constitui condição indispensável para a formulação da proposta, tendo em vista a complexidade do objeto, as peculiaridades operacionais, as condições físicas das instalações e a necessidade de pleno conhecimento das variáveis que impactam a execução contratual, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da segurança da contratação.

5.6.2. A vistoria deverá ser realizada antes da data de apresentação das propostas, mediante agendamento prévio, sendo assegurado tratamento isonômico a todos os interessados, com acompanhamento por servidor formalmente designado, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 16h, sendo disponibilizados datas e horários distintos, de modo a não restringir a competitividade do certame.

5.6.3. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, Declaração de Vistoria Técnica, emitida e assinada pelo servidor responsável, como comprovação do cumprimento da exigência, sob pena de inabilitação, nos termos do edital.

5.6.4. A não realização da vistoria técnica obrigatória impedirá a participação do licitante no certame, não sendo admitidas, posteriormente, alegações de desconhecimento das condições locais, dificuldades operacionais, omissões ou erros na composição de custos, cabendo ao contratado assumir integralmente os ônus decorrentes da execução do objeto.

#### **6- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração:

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Gestor do Contrato**

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de Atesto de cumprimento de obrigações.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7- CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado ou não.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do Atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. O prazo de validade;

7.10.2. A data da emissão;

7.10.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. O valor a pagar; e



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:  
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:**

### **8.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

a) A seleção do fornecedor dar-se-á por meio de **procedimento licitatório**, na modalidade **PREGÃO**, preferencialmente na **FORMA ELETRÔNICA**, a ser realizado sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da legislação vigente.

b) A adoção do Pregão justifica-se por se tratar de serviços comuns de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos, permitindo ampla competitividade e julgamento objetivo das propostas.

c) A adoção do Pregão justifica-se por se tratar de serviços comuns de engenharia, consistentes no fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), cujos padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas são objetivamente definidos, permitindo julgamento objetivo das propostas.

d) O critério de julgamento das propostas será o de menor preço, apurado com base no preço unitário, preferencialmente por capacidade instalada (kWp) e/ou por sistema, conforme definido no instrumento convocatório, observadas as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

e) A disputa será conduzida de forma a assegurar a isonomia entre os licitantes, a transparência do certame e a vantajosidade da





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contratação, sendo vedada a inclusão de exigências que restrinjam indevidamente a competitividade.

f) A contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços, da qual poderão advir contratações futuras, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordens de serviço, não gerando obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

g) A forma de fornecimento será parcelada e sob demanda, integrada à execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato dela decorrente, quando houver.

h) Com base no Decreto Municipal Nº 81, de 10 de fevereiro de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Quijingue, artigo 8º "Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)."

8.1.2. A solução a ser contratada deve garantir um fornecimento estável e confiável de energia elétrica para o presente órgão licitante, visando reduzir os altos custos e a melhora da qualidade na energia utilizada.

8.1.3. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência. Os serviços e produtos que serão contratados são facilmente encontrados no mercado local e já são amplamente utilizados em outros órgãos ou entidades públicas. Não existindo restrição de fornecedores.

8.1.4. A empresa contratada deve manter durante todo o contrato as condições que garantam sua habilitação na licitação, incluindo critérios de sustentabilidade ambiental recomendados pelo órgão competente.

8.1.5. A empresa contratada deve possuir experiência comprovada no fornecimento, instalação e montagem eletromecânica de sistemas fotovoltaicos, classificados em microgeração e minigeração, do tipo "On Grid" e "Híbrido" demonstrando capacidade técnica e operacional para atender às demandas exigidas na contratação.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.1.6. A empresa deve apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato (s) de serviços em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame, para atender às necessidades específicas do Município de Quijingue/BA, demonstrando experiência mínima exigida.

8.1.7. A equipe técnica deve contar com engenheiros eletricitas e especialistas em energia solar fotovoltaica, devidamente registrados no CREA ou CFT.

8.1.8. O projeto deve seguir normas da ABNT, como a NBR 16690 (sistemas fotovoltaicos conectados à rede) e a NBR 5410 (instalações elétricas de baixa tensão).

8.1.9. O contrato deve especificar detalhadamente os serviços a serem prestados, desde a elaboração do projeto até a operação assistida. E exigir seguros contra riscos de engenharia, danos a terceiros e responsabilidade civil.

8.1.10. A contratada deverá manter preposto onde se realizarão os serviços na cidade de Quijingue/BA.

8.1.11. O licitante deverá apresentar junto aos demais documentos de habilitação a declaração de visita técnica realizada ou não realizada para conhecimento das instalações e local de execução dos serviços.

8.1.12. Normas rigorosas de segurança e procedimentos operacionais também devem ser evidenciados, isso inclui a elaboração de um plano de segurança detalhado, com medidas preventivas e protocolos para resposta a emergências, garantindo a conformidade com normas regulatórias vigentes.

8.1.13. A conformidade com obrigações fiscais e trabalhistas também é um requisito crucial. A empresa deve apresentar documentação atualizada que comprove sua regularidade fiscal, incluindo certidões negativas de débitos (regularidade fiscal federal, estadual e municipal; regularidade com a seguridade social; regularidade com o fundo de garantia por tempo de serviço e regularidade trabalhista), assegurando transparência e conformidade legal.

8.1.14. Os materiais devem obedecer aos critérios estabelecidos no edital, buscando a maior eficiência, o atendimento as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO é inegociável.

8.1.15. O gerador deverá ser composto por equipamentos com perfeita aderência entre eles, ademais os módulos instalados



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

deverão ser da mesma marca e modelo, com as mesmas características elétricas e mecânicas.

8.1.16. Serão exigidas as seguintes garantias:

8.1.16.1. Serviços – 01 (um) ano, a contar do recebimento definitivo;

8.1.16.2. Inversores – 10 (dez) anos

8.1.16.3. Módulos – 15 (Quinze) anos

8.1.16.4. Bateria – 5 (cinco) anos

8.1.17. Deve ser ofertado treinamento à equipe do município, tanto técnica quanto de gestão, no que diz respeito a manutenção, operação e avaliação de desempenho.

8.1.18. O prazo de execução das usinas será de até 120 (cento e vinte) dias para usina de microgeração e até 240 (duzentos e quarenta) dias para usina de minigeração e/ou sistema híbrido.

8.1.19. Dado todo o exposto, a empresa prestadora dos serviços, objeto do presente estudo, deverá atender ainda aos seguintes requisitos:

**8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.2.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, com todas as suas alterações ou da consolidação correspondente, em se tratando de sociedades empresárias ou simples;

b) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

c) **Ato de inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício, quando aplicável;

d) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) **Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is)** da empresa, acompanhado de instrumento que comprove os poderes de representação, quando não constarem expressamente do ato constitutivo;

f) Declaração de que a empresa não se encontra impedida de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

**8.2.2. Disposições Gerais**

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.2.3. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.3.1. A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

### **8.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.**

8.3.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua **regularidade fiscal, social e trabalhista**, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

#### **8.3.1.1. Regularidade Fiscal**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

b) Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) Certidão de Regularidade Fiscal Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do domicílio ou sede do licitante;

d) Certidão de Regularidade Fiscal Municipal, expedida pela Secretaria da Fazenda do Município do domicílio ou sede do licitante.

e) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **8.3.1.2. Regularidade Social**

a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

b) Declaração de que cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

#### **8.3.1.3. Regularidade Trabalhista**

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, nos termos da legislação vigente.

#### **8.3.1.4. Disposições Gerais**

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

#### **8.4. Qualificação Econômico-Financeira**

8.4.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei Nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

b) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

c) Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação;

d) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

e) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, acompanhados do respectivo termo de abertura e encerramento, quando exigível;

f) A comprovação da boa situação financeira será realizada por meio da apresentação dos índices contábeis mínimos, a serem



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

definidos no instrumento convocatório, calculados com base nas demonstrações contábeis apresentadas;

g) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e So2.vência Geral (SG) superiores a 1 (um);

h) As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação poderão substituir as demonstrações contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação vigente;

i) Os documentos contábeis limitar-se-ão ao último exercício social, no caso de pessoa jurídica constituída há menos de dois anos;

j) Cópia do termo de abertura e encerramento do Livro Diário, onde conste o Registro da Junta Comercial ou órgão competente, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, como as notas explicativas em conformidade com o NBC TG no 1000 do (CPC PME), e na Resolução CFC no 1.255 de 10 de dezembro de 2009, bem como o art. 176 da Lei 6.404/1976, bem como no § 4º do Art. 176 da Lei Nº 6.404/76, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional válida emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), CERTIFICANDO que o (a) profissional encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil, de acordo com a Resolução Nº 1.637/2021- CFC.

l) Dispensar o MEI da apresentação do Balanço Patrimonial. A fundamentação desta tese é a de que os MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, não possuindo Livro Diário ou Livro Caixa e a exigência de Balanço imputaria ônus excessivo ao microempresário. Ademais, estariam os MEIs desobrigados de produzir Balanço Patrimonial, conforme o § 2º do art. 1.179 do Código Civil.

m) A licitante deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis exigidas para fins de qualificação econômico-financeira, Certidão de Regularidade Profissional do Contador responsável pela escrituração contábil, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com finalidade específica para editais de licitação, dentro do prazo de validade, podendo ser apresentada em meio físico ou eletrônico, inclusive quando emitida por meio do site oficial do respectivo Conselho.

n) O documento mencionado deve se referir estritamente ao objeto deste processo licitatório, identificando o Pregão Eletrônico e o Processo Administrativo.

o) A certidão deverá comprovar que o profissional contábil se encontra regular e apto ao exercício da atividade, nos termos do Decreto-Lei Nº 9.295/1946, sendo o responsável técnico pela elaboração e assinatura das demonstrações contábeis apresentadas.

p) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

q) A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de **Declaração** contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e **assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado** de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

#### 8.4.2. Disposições Gerais

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

#### **8.5. Qualificação Técnica:**

8.5.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação técnica, demonstrando aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante executou ou esteja executando, de forma satisfatória, serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, compatíveis em características, complexidade e prazos com o objeto da presente contratação;

b) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, a identificação do contratante, a descrição do objeto executado, o período de execução e o local da prestação dos serviços;

c) Será admitida a comprovação da capacidade técnica por meio da soma de atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão do licitante para executar o objeto;

d) Não será exigida comprovação de execução de sistema idêntico em potência ou quantitativo, sendo admitidos serviços similares





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ou equivalentes, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade;

e) Quando exigível, deverá ser apresentada a comprovação de registro ou inscrição da empresa no conselho profissional competente, bem como a indicação de profissional legalmente habilitado responsável pela execução dos serviços;

f) A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.

8.5.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos Atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.3. Registro ou inscrição na entidade profissional competente CREA/CAU: em se tratando de empresa não registrada no CREA do Estado da BAHIA, deverá apresentar o registro do CREA do estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA – 5 (cinco) dias antes da assinatura do contrato;

8.5.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.5.5. Apresentação do (s) profissional (is) abaixo indicado (s), devidamente registrado (s) no conselho profissional competente, detentor (es) de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.

8.5.3.1. Um Engenheiro Civil - Serviços compatíveis com o objeto devidamente registrada do CREA:

8.5.3.2. Um Técnico de Segurança do Trabalho devidamente registrado no órgão competente:

8.5.4. A natureza da relação do (s) profissional (is) com a licitante deverá ser comprovada, para fins de habilitação, por meio da apresentação, de um dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato Social; d) Contrato de Prestação de Serviços; ou e) Termo através do qual o profissional assumiu a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

8.5.5. O (s) profissional (ais) indicado (s) na forma supra deverá (ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.5.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.6.1. Experiência Comprovada: Atestados que comprovem a execução de obras similares de construção de pavimentação. Os atestados devem ser emitidos por órgãos públicos ou privados e acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

8.5.7. Comprovação de capacitação técnico-operacional, certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (art. 67, inc. II, parte inicial, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo, sendo admitida a execução mínima dos seguintes quantitativos:

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	QUANT EXIJIDA
EXECUÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTÁICO PERMITIDO O SOMATÓRIO DE ATESTADOS DE NO MÍNIMO 40KWP	KWP	3.790,80	600
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓDULO FOTOVOLTAICO	UN	6480	1000
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METALICA DE FIXAÇÃO DE PAINEL SOLAR SOLO	KIT	578	30
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METALICA DE FIXAÇÃO DE PAINEL SOLAR	KIT	1042	30
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INVERSORES ON GRID DE NO MÍNIMO 75 KW	UN	28	2
COMPROVAÇÃO DE EXPERIENCIA COM MONITORAMENTO E GESTÃO DE CONSUMO DE ENERGIA.	UN	32	1
ELABORAÇÃO DE PROJETO E INSTALAÇÃO DE USINA SOLAR	KWH	306	100



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

FOTOVOLTAICA COM ARMAZENAMENTO DE NO MÍNIMO 50 KWH DE BATERIAS			
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE INVERSORES HÍBRIDOS DE NO MÍNIMO 50KW	UN	3	1
FORNECIMENTO E INSTALACAO DE SISTEMA OFF GRID PARA POÇOS ARTESIANOS COM SISTEMA DE COMUTAÇÃO/TRANSFERÊNCIA DE ENERGIA SOLAR/REDE	KWP	603,72	70
INSTALAÇÃO DE SISETEMA BMS PARA BATERIAS HV	UN	3	1
TREINAMENTO E PARAMETRIZAÇÃO DE SISTEMAS DE BOMBEAMENTO COM INVERSOR	UN	10	1
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 KVA	UN	2	1

8.5.8. Certidão de Acervo Operacional (CAO), prevista na Resolução 1.137/2023 do CONFEA. A capacitação técnica operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação da Certidão de Acervo Operacional (CAO), em nome da licitante, mediante apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com características semelhantes e com complexidade tecnológicas e operacionais equivalentes, ou superiores aos serviços ou parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto licitado (cf. Súmulas 24 e 30 do TCSP)5, constantes do projeto básico e planilhas orçamentárias, abaixo devidamente relacionados: (Inciso II do art. 67 da Lei 14.133, de 2021).

8.5.9. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.5.9.1. Os atestados de capacidade técnica operacionais poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.5.9.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados,



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5.10. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.5.11. A CAT deverá ser acompanhada de atestado de capacidade técnica, que guarde relação com anotação de responsabilidade técnica ART ou RRT, onde o profissional ou emissor do atestado figurem como parte na obra presente na CAT.

8.5.12. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.5.12.1. Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.5.12.2. Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

8.5.13. Registro ou Inscrição do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) no CREA/CAU da região a que estiver vinculado.

8.5.13.1. Comprovação de a licitante possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, no mínimo 01 (um) Engenheiro Eletricista, que será o responsável técnico pela execução do contrato, 01 (um) engenheiro civil, 01 (um) engenheiro de Segurança do Trabalho e (01) um engenheiro ambiental, profissional de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA,

8.5.14. O licitante deverá apresentar LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, por se tratar de atividade de pequeno potencial poluidor. Entretanto, caso seja apresentada outras licenças (Licença



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Prévia, Licença de instalação, Licença de Operação, ou outra), desde que emitidas por órgãos competentes, também serão aceitas como requisito de habilitação.

8.5.15. No caso em que o profissional solicitado não conste a vinculação profissional na Certidão de Registro da empresa licitante, deverão comprovar: Contrato de Prestação de Serviços na forma da legislação trabalhista assinado pelas partes e com firmas reconhecidas ou Declaração de compromisso de vinculação futura, está com firma reconhecida em cartório.

d. A comprovação de que a licitante possui, em seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, detentor de atestado de responsabilidade técnica para execução de serviço de características semelhantes às do objeto desta licitação deverá ser feita através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do Conselho Profissional;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso de o objeto contratual vir a ser a está adjudicado.

8.5.16. Alvará de Funcionamento ou Registro Sanitário - A licitante deverá apresentar cópia do alvará sanitário ou equivalente expedido pelo órgão competente, válido, que comprove que a empresa está autorizada a exercer atividades de manipulação, armazenamento ou comercialização.

8.5.17. Disposições Gerais

a) A qualificação técnica será exigida na medida estritamente necessária para assegurar a execução adequada do objeto, vedadas exigências excessivas ou restritivas à competitividade;

b) Os documentos apresentados deverão estar em conformidade com o objeto da contratação e válidos na data da sessão pública;

c) A ausência ou a apresentação de documentação técnica em desacordo com as exigências estabelecidas implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

## **8.6. Qualificação Técnica-Operacional**

8.6.1. Inscrição no Conselho Profissional: Comprovante de registro de pessoa jurídica expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal de Técnicos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

Industriais (CFT), da regional da sede da licitante, demonstrando habilitação para desenvolver atividade relacionada ao objeto licitado;

8.6.1.1. Em se tratando de empresa não registrada no CREA/CFT do Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA/CFT local até 5 (cinco) dias antes da assinatura do contrato

8.6.2. Certidão de Acervo Técnico – CAT/ Atestados: Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da licitante (matriz ou filial), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, conforme Resolução 1.137/2023 do CONFEA e ART;

8.6.3. Quantitativos Mínimos e Parcelas de Maior Relevância: A comprovação operacional, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021), deverá demonstrar a execução mínima dos seguintes quantitativos;

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. DO PROJETO	QUANT. EXIGIDA
Execução de Sistema Fotovoltaico	KWP	3.790,80	900
Elaboração de Projeto e Instalação de Usina com Armazenamento	KWH	306	70,38
Fornecimento e Instalação de Inversores Híbridos de no mínimo 75kw	UN	3	1

8.6.4. Comprovação de Experiência Qualitativa: Além dos quantitativos exigidos no subitem anterior, a licitante deverá comprovar experiência na instalação, fornecimento dos itens através de Certidão de Acervo Técnico – CAT na execução dos seguintes serviços:

a) Monitoramento e gestão de consumo de energia;  
b) Treinamento e parametrização de sistemas de bombeamento;

c) Implantação de subestação elétrica com potência mínima de 75 KVA.

d) Instalação de sistema Off Grid para Poços (com chave de Comutação/Transferência).

e) Experiência com instalação Fornecimento e Instalação de Estrutura Metálica Fixação (Solo).

f) Instalação e parametrização de sistema BMS para Baterias HV;





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

8.6.5. Justificativa Técnica para Parcelas de Complexidade (Sistemas Off-Grid e Subestação):

8.6.5.1. Ainda que os sistemas fotovoltaicos off-grid e a implantação de subestação elétrica (mín. 75 kVA), considerados de forma isolada, não atinjam o limite percentual de 4% do valor global, ambos apresentam complexidade técnica superior, caracterizando-se como parcelas de relevante complexidade.

8.6.5.2. A complexidade do sistema off-grid decorre da integração de banco de baterias, inversores específicos, controladores de carga e automação para comutação de fontes (backup).

8.6.5.3. A subestação elétrica exige fornecimento, montagem, proteção, comissionamento e energização, sendo essencial para viabilizar a conexão e operação de todo o sistema elétrico objeto da contratação.

8.6.6. Fornecimento, instalação, comissionamento e manutenção de sistema de geração de energia solar fotovoltaica OFF-GRID e automação para comutação automática de fontes de energia, priorizando a geração solar, com backup pela concessionária, destinado ao atendimento das unidades da Prefeitura Municipal.

8.6.6. Ainda que os sistemas fotovoltaicos off-grid, considerados de forma isolada, não atinjam o limite percentual de 4% (quatro por cento) do valor global do orçamento, apresentam complexidade técnica superior aos sistemas on-grid. Tal complexidade decorre da integração de banco de baterias, inversores específicos e controladores de carga, além da necessidade de gestão avançada de energia autônoma, segurança operacional e proteção em corrente contínua de alta capacidade. A correta execução desses sistemas é imprescindível para o atendimento de localidades desprovidas de rede elétrica convencional, caracterizando-os, portanto, como parcela de relevante complexidade técnica, conforme os critérios estabelecidos na legislação aplicável.

8.6.7. Comprovação de capacidade técnica mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, acompanhado de CAT — Certidão de Acervo Técnico registrada no CREA, que comprove a execução de serviços de implantação de subestação elétrica com potência mínima de 75 kVA, incluindo fornecimento, montagem, proteção, comissionamento e energização, por se tratar de item essencial para viabilizar a conexão e operação do sistema elétrico objeto da contratação.

8.6.8. Ainda que a execução de serviços de implantação de subestação elétrica com potência mínima de 75 kVA, considerados de forma isolada, não atinjam o limite percentual de 4% (quatro por cento) do valor global do orçamento, apresentam complexidade



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

técnica superior devido a necessidade de conexão dos projetos de energia solar. A correta execução desses sistemas é imprescindível para o atendimento de localidades desprovidas de rede elétrica convencional, caracterizando-os, portanto, como parcela de relevante complexidade técnica, conforme os critérios estabelecidos na legislação aplicável.

8.6.9. Elaboração de projeto de usina solar fotovoltaica com armazenamento de no mínimo 50 (cinquenta) KWh de baterias;

8.6.10. Implantação de software de gestão de consumo e monitoramento de energia elétrica.

8.6.11. Quando couber, o atestado deverá ser acompanhado de anotação de responsabilidade técnica ART ou RRT, onde a licitante e o emissor do atestado figurem como parte na obra atestada.

8.6.12. Declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, indicando um Profissional Habilitado, para responder tecnicamente pelos serviços previstos no Edital, (indicar o nome e número de inscrição junto ao conselho de classe), cujo nome virá a constar da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou termo de Responsabilidade Técnica (TRT), relativa aos serviços em questão, devendo juntar a comprovação do vínculo do(s) profissional(s), mediante contrato de prestação de serviços ou outro instrumento contratual que demonstrem a identificação profissional. Quando se tratar de sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo dela.

8.6.13. Justificativa Técnica para Parcelas de Complexidade (Sistemas Off-Grid e Subestação):

8.6.13.1. Ainda que os sistemas fotovoltaicos off-grid e a implantação de subestação elétrica (mín. 75 kVA), considerados de forma isolada, não atinjam o limite percentual de 4% do valor global, ambos apresentam complexidade técnica superior, caracterizando-se como parcelas de relevante complexidade.

8.6.13.2. A complexidade do sistema off-grid decorre da integração de banco de baterias, inversores específicos, controladores de carga e automação para comutação de fontes (backup).

8.6.13.3. A subestação elétrica exige fornecimento, montagem, proteção, comissionamento e energização, sendo essencial para viabilizar a conexão e operação de todo o sistema elétrico objeto da contratação.

### **8.7. Qualificação Técnico-Profissional**

8.7.1. Apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CTF da região do profissional, em nome do(s) responsável (s) técnico e membros da equipe técnica que participarão



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

do fornecimento com instalação, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, e dos itens de maior relevância, quais sejam:

8.7.2. Elaboração de projeto de usina solar fotovoltaica on grid, mínimo 40 (quarenta) KW;

8.7.3. Elaboração de projeto de usina solar fotovoltaica com armazenamento de no mínimo 50 (cinquenta) Kwh de baterias;

8.7.4. Comprovação de experiência com monitoramento e gestão de consumo de energia;

8.7.5. A CAT deverá ser acompanhada de atestado de capacidade técnica, que guarde relação com anotação de responsabilidade técnica ART ou RRT, onde o profissional e o emissor do atestado figurem como parte na obra presente na CAT.

8.7.6. Deverá ainda ser acompanhado do parecer de acesso da obra ou de declaração de viabilidade de conexão emitida pela concessionária de energia elétrica com os dados em consonância com o atestado, a CAT e a ART ou RRT.

8.7.7. Os responsáveis técnicos e membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

8.7.8. Composição da Equipe: A licitante deverá apresentar indicação do pessoal técnico disponível para a realização do objeto, sendo exigida a apresentação dos seguintes profissionais legalmente habilitados e detentores de Atestado/Certidão de Acervo Técnico (CAT), registrados no CREA/CAU/CFT da região a que estiverem vinculados:

- a) 01 Engenheiro Eletricista;
- b) 01 Engenheiro Civil;
- c) 01 Engenheiro Ambiental;
- d) 01 Técnico de Segurança do Trabalho (registrado no órgão competente).

8.7.9. Comprovação de Vínculo: A relação dos profissionais com a licitante deverá ser comprovada na data da entrega da proposta mediante:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- a) Contrato social/Estatuto (para sócios, diretores ou administradores);
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) registrada;
- c) Contrato de prestação de serviços escrito; ou
- d) Termo de compromisso e declaração futura de vinculação contratual (caso a empresa seja a vencedora).

Nota: Não será admitido que o mesmo profissional técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos neste certame. Os profissionais deverão participar da obra, admitindo-se substituição futura por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação da Administração.

8.7.9. Acervo Técnico Profissional (CAT/ART): Apresentação da Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome dos profissionais indicados, acompanhada do respectivo atestado de capacidade técnica emitido pelo contratante e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), onde o profissional e o emissor figurem como partes na obra.

8.7.10. Exigências Profissionais Específicas: A comprovação de acervo da equipe deverá abranger, no mínimo, a execução de serviços que contemplem as parcelas de maior relevância do objeto:

- a) Elaboração de projeto e execução de usina solar fotovoltaica on-grid;
- b) Elaboração de projeto e execução de usina solar fotovoltaica com armazenamento e sistema off-grid (automação e comutação);
- c) Implantação de subestação elétrica com potência mínima de 75 kVA;
- d) Comprovação de experiência com software de monitoramento e gestão de consumo de energia.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas na legislação vigente, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato dela decorrente:

- a) Executar o objeto contratado de forma adequada, eficiente e em conformidade com as especificações técnicas, condições estabelecidas neste Termo de Referência e nas ordens de serviço emitidas pela Administração;
- b) Fornecer todos os equipamentos, materiais, componentes, estruturas, mão de obra especializada, ferramentas e insumos necessários ao fornecimento e instalação dos sistemas de geração de energia solar fotovoltaica;
- c) Realizar a instalação elétrica e estrutural, interligação à rede elétrica, testes, comissionamento e homologação junto à



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

concessionária de energia elétrica, entregando os sistemas em pleno funcionamento;

d) Cumprir os prazos de início e conclusão definidos nas ordens de serviço, observadas as condições pactuadas;

e) Manter equipe técnica qualificada e estrutura operacional compatível com a execução do objeto durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes;

f) Atender prontamente às orientações, determinações e solicitações da fiscalização, corrigindo, sem ônus adicional, quaisquer falhas, defeitos ou inconformidades verificadas;

g) Manter, durante toda a execução da contratação, a regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, nos termos da legislação vigente;

h) Cumprir integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho, fornecendo aos seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados;

i) Responder integralmente por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, assumindo as responsabilidades civis, administrativas e trabalhistas cabíveis;

j) Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração;

k) Observar rigorosamente as normas ambientais vigentes, responsabilizando-se pela correta destinação dos resíduos gerados e pela prevenção de danos ambientais;

l) Prestar suporte técnico inicial e orientações básicas à Administração quanto à operação dos sistemas instalados, quando previsto;

m) Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do objeto;

n) Permitir o acesso irrestrito da fiscalização aos locais de execução, bem como fornecer documentos, informações e esclarecimentos sempre que solicitados;

o) Manter sigilo sobre informações e dados a que tiver acesso em razão da execução do objeto, quando aplicável.

#### **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além de outras previstas na legislação vigente, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato dela decorrente:

a) Planejar, coordenar e acompanhar a execução do objeto, por meio de servidor ou comissão formalmente designada para a fiscalização da contratação;





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

b) Emitir as ordens de serviço, contendo a descrição dos serviços, identificação da unidade beneficiada, prazos, locais de execução e demais condições necessárias ao início da execução;

c) Disponibilizar à contratada as informações técnicas, autorizações, acessos e condições necessárias para a adequada execução dos serviços, quando aplicável;

d) Fiscalizar e atestar a execução do objeto, verificando a conformidade dos sistemas instalados com as especificações técnicas, condições contratuais e ordens de serviço emitidas;

e) Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços ou equipamentos executados em desacordo com as especificações estabelecidas, determinando a correção das inconformidades, sem ônus adicional;

f) Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos e condições estabelecidos, após o regular ateste da execução e observada a disponibilidade orçamentária e financeira;

g) Comunicar formalmente à contratadas quaisquer irregularidades constatadas durante a execução do objeto, fixando prazo para saneamento, quando cabível;

h) Aplicar as sanções administrativas previstas, quando caracterizado o descumprimento das obrigações contratuais, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

i) Manter atualizados os registros e documentos relativos à execução da contratação, inclusive ordens de serviço, medições, atestes e comunicações;

j) Assegurar condições adequadas para a fiscalização, adotando as providências administrativas necessárias ao bom andamento da execução;

k) Indicar a dotação orçamentária específica por ocasião da formalização de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

l) Zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro da contratação, observadas as hipóteses legais de reajuste, revisão ou repactuação, quando cabíveis.

#### **11- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 36.888.831,34 (Trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e oito reais, oitocentos e trinta e um de reais, trinta e quatro centavos).**

11.2. O valor possui caráter estimativo, considerando tratar-se de Sistema de Registro de Preços, e foi apurado conforme pesquisa de preços realizada nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021.

#### **12- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

orçamento vigente do Município de Quijingue – Bahia, bem como em exercícios subsequentes, se necessário, observada a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

12.2. Em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, a existência de dotação orçamentária não é exigida no momento da licitação, ficando a indicação específica da dotação condicionada à formalização de cada contratação, por ocasião da emissão da respectiva ordem de serviço ou instrumento contratual, nos termos da legislação vigente.

12.3. A contratação observará as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo compatibilidade com o planejamento orçamentário e financeiro do Município.

12.4. A liberação de recursos para pagamento estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como ao ateste da execução dos serviços pela fiscalização competente.

Após análise do Termo de Referência elaborado para a futura contratação de prestação de serviços de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica conectados à rede elétrica (on-grid), destinados aos prédios públicos vinculados à Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias a ela vinculadas, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue/BA, verifica-se que o documento:

- Encontra-se devidamente instruído, com descrição clara e objetiva do objeto;
- Está alinhado ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) e ao Demonstrativo de Formação da Demanda (DFD);
- Atende aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade e interesse público;
- Observa as disposições da lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- Define de forma adequada os requisitos da contratação, o modelo de execução, os critérios de seleção do fornecedor, as obrigações das partes, bem como os aspectos relativos à fiscalização, pagamento e demais condições necessárias à execução do objeto.

Dessa forma, **APROVA-SE** o Termo de Referência, por atender às exigências legais e técnicas, autorizando-se o prosseguimento do processo administrativo, com a adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório, na forma da legislação vigente.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**Quijingue/BA, em 27 de fevereiro de 2026.**

**Chiara Santana Ferreira**  
**Secretária de Administração, Planejamento e**  
**Desenvolvimento Econômico**

**Sélia Alves Soares**  
**Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza**

**Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre**  
**Secretária Municipal de Saúde**

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**  
**ANEXO III**  
**CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

**Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (do representante legal)

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

<b>LICITANTE:</b>		
<b>END. COMERCIAL:</b>		<b>UF:</b>
<b>CEP:</b>	<b>FONE/FAX:</b>	<b>CONTATO:</b>
<b>INSC. ESTADUAL:</b>		<b>CNPJ:</b>
<b>E-MAIL:</b>		<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>		
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b>		

**OBJETO:** Registro de Preços para futura contratação de prestação de serviços para fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaicas conectadas a rede elétrica da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Vinculadas a mesma, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

**RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
**LOCAL DATA**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA**

**Observações:**

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

**ANEXO V**

**MODELO DE CREDENCIAL**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº ....., com sede à ....., neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**  
**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÕES**

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,  
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA  
**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

Sr. Pregoeiro,

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ  
Nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal  
\_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade  
Nº \_\_\_\_\_ e CPF Nº \_\_\_\_\_, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Sim ( ) Não ( )**

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

**Sim ( ) Não ( )**

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

**Sim ( ) Não ( )**

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

**Sim ( ) Não ( )**

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

**Sim ( ) Não ( )**

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

**Sim ( ) Não ( )**

- Que a proposta apresentada para participar do SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, quanto a participar ou não da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;

- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

aceita como válida a situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

**(Município sede da empresa), \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.**

\_\_\_\_\_  
**Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa**

**(Cargo/Função)**

**Doc. de Identidade Nº \_\_\_\_\_**

**CPF Nº \_\_\_\_\_**

**(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)**

EDITAL



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

**ANEXO VII**

**MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX**

#### **IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES**

**CONTRATANTE:** De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA PRÉVIA:**

As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 019/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Registro de Preços para futura contratação de prestação de serviços para fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaicas conectadas a rede elétrica da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias Vinculadas a mesma, Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Quijingue, conforme especificações constantes no Termo de Referência, SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.**

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:**

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e seu fim no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:**

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**, pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração,





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:**

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:**

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

**Multa:**

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações,





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

<b>Unidade</b>	<b>Projeto Atividade</b>	<b>Elemento Despesa</b>	<b>Fonte Pagadora</b>
0201 Secretaria de Governo	2057 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Governo	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e	15000000 Recursos não vinculados de Impostos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

		Instalações	
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17530000 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2027 Manutenção e Desenvolvimento do EJA 2028 Manutenção do Transporte Escolar 2045 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil- Pré-Escola 2046 Manutenção e Desenvolvimento	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15430000 Transferências do



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	do Ensino Fundamental 2061 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil- Creche		FUNDEB - Complementação da União – VAAR 15500000 Transferência do Salário Educação 15530000 Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000 Recursos de Precatórios do FUNDEF
0601 Secretaria de Saúde	2006 Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde 2014 Manutenção do Funcionamento das Unidades Básicas de Saúde 2017 Manutenção do Funcionamento das Unidades de Saúde da Família 2018 Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS) 2020 Manutenção de Vigilância	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15001002 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000 Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	Sanitária		
0701 Secretaria Infraestrutura e Serviços Públicos	2013 Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública 2015 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17040000 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
0801 Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza	2055 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2034 Manutenção do Programa Primeira Infância/Criança	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros –	15000000 Recursos não vinculados de Impostos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

	Feliz 2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social 2039 Manutenção dos Serviços de Proteção Especializado 2049 Manutenção da Proteção Básica 2050 Manutenção do Programa de Bolsa Família e do Cadastro Único 2051 Manutenção do Único Sistema de Assistência Social- IGD/SUAS	Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 16610000 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
0803 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	2033 Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0901 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico	2040 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (ª). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Quijingue (BA), \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*.

**Prefeitura Municipal de Quijingue**

CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26

**José Romero Rocha Matos Filho**

Representante legal do CONTRATANTE



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**  
**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**  
**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**Fundo Municipal de \*\*\*\*\* de Quijingue**

**CNPJ Nº \*\*\*\*\***

**\*\*\*\*\***

**Gestora Fundo**  
**Contratante**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXX**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXX**

**Contratada**

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**

**EDITAL**



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

**SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026**

**ANEXO VIII**

**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX**

No dia \*\* de \*\*\*\*\* de \*\*\*\*, no **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

**Fornecedor:**

**CNPJ:**

**Representante:**

**Telefone:**

**Email:**

**Endereço:**

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ \*\*\*\*\*

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até \*\*/\*\*/\*\*\*\*, a contar do dia \*\*/\*\*/\*\*\*\*.

**CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:**

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

1.3 – Os pagamentos devidos à Fornecedora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

#### **CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:**

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **SRP - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE008/2026PMQ.**

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

#### **CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:**

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 - Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

#### **CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:**

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

#### **CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 - Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 - A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

#### **CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.





**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

**CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:**

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

**CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### **CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.

#### **CLÁUSULA 13ª - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**CLÁUSULA 15ª - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



**Prefeitura Municipal de QUIJINGUE**

**CNPJ Nº 13.698.782/0001-26**

**Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000**

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

#### **CLÁUSULA 16ª – DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Quijingue – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

**JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EDITAL